

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Alessandra Alves Gomes

**O morar dos Idosos nas Instituições de Longa
Permanência: o caso dos casais residentes na
Instituição Nosso Lar em Santo André/SP**

MESTRADO EM GERONTOLOGIA

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Alessandra Alves Gomes

**O morar dos Idosos nas Instituições de Longa
Permanência: o caso dos casais residentes na
Instituição Nosso Lar em Santo André/SP**

MESTRADO EM GERONTOLOGIA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Gerontologia, sob orientação da Prof^a Doutora Beltrina Corte.

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processo de fotocópias ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local: Data: _____

Dedicatória



**As pessoas que amamos nunca nos deixam de
verdade, sempre podemos encontrá-las, basta
olhar para nosso coração!
Dedico este trabalho a minha querida avó, que não
teve tempo de ver realizado este meu sonho.**

Agradecimentos

Uma dissertação de mestrado não é apenas o produto de um trabalho realizado individualmente entre quatro paredes. Os fatores externos e as pessoas com as quais convivemos podem ser tão importantes para o desenvolvimento do trabalho acadêmico quanto o esforço pessoal.

Por isso começo agradecendo, primeiramente, a Deus por esta bênção, que representa uma vitória em minha carreira profissional.

Agradeço também a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ajudaram a criar esses fatores externos.

Agradeço todas as dificuldades pelas quais passei; não fossem elas não me lançaria nesta caminhada.

Aos meus pais, que me ensinaram o valor das coisas e das pessoas, da integridade e do caráter; também a minha irmã e minhas sobrinhas, pela certeza de que, mesmo tão longe, nunca estive sozinha.

Ao meu amado companheiro e amigo Saulo, que me protege e sempre está ao meu lado, incentivando-me e dando-me força sempre que precisei.

Agradeço a minha orientadora, Beltrina, pela paciência, carinho e conhecimentos transmitidos durante todos os momentos compartilhados nesta caminhada.

Aos meus queridos mestres, que me proporcionaram o conhecimento para a conclusão deste trabalho.

Aos idosos da instituição onde realizei minha pesquisa, pelo carinho com que fui recebida e pela disponibilidade demonstrada durante todo o processo.

Aos funcionários da instituição Assistencial Nosso Lar e a querida Assistente Social Marisa, que sempre me incentivou com seu carisma.

Enfim, a todos que participaram da concretização deste sonho.

RESUMO

O crescimento expressivo da população idosa é um fenômeno mundial. Seus reflexos tiveram início no Brasil a partir da segunda metade do século XX e foi resultado da redução nas taxas de fertilidade/mortalidade, da urbanização e do aumento da expectativa de vida das pessoas. Do mesmo modo como há o aumento do número de pessoas idosas, há também uma crescente demanda por novos modos de morar. Tal fato levanta questionamentos de cunho social inerentes ao morar dos idosos nas Instituições de Longa Permanência (ILPI), tema desta pesquisa, que teve como objetivo levantar o perfil dos residentes da Instituição Assistencial Nosso Lar, em Santo André – SP e conhecer os momentos a dois vividos pelos casais ali residentes, contribuindo para a implementação de políticas públicas de moradia para idosos. Para tanto foi empregado o método de abordagem qualitativa, utilizando a entrevista semi-estruturada para colher depoimentos de quatro idosos residentes na Instituição pesquisada. Observamos que os relacionamentos a dois na Instituição são permeados de preconceitos tanto por parte da administração, que não está preparada para acolher casais de idosos, quanto por parte dos outros internos, que agem com estranhamento diante dos raros momentos de afetividade dos casais. Notou-se também uma retração por parte dos sujeitos entrevistados em relação aos questionamentos sobre a sexualidade, uma vez que se acanharam ao verbalizar seus momentos de intimidade. Percebemos que este é um tema que ainda carece de estudos mais aprofundados e de operacionalização de Políticas Públicas de habitação para idosos para que estes sujeitos tenham sua cidadania respeitada no momento em que escolherem uma ILPI como moradia e local para viver a dois.

Palavras-chave: envelhecimento; gerontologia; moradia; casais; políticas públicas.

ABSTRACT

The expressive growth of the senior population is a world phenomenon. Their reflexes had beginning in Brazil starting from the second half of the century XX and it was resulted of the reduction in the fertility/mortality rates, of the urbanization and of the increase of the life expectancy of the people. In the same way as there is the increase of the number of senior people, there is also a crescent disputes for new manners of living. Such fact lifts inherent questions of social stamp when living of the seniors in the Institutions of Long Permanence (ILPI), fear of this research, that he/she had as objective lifts the residents' of the Instituição Assistencial Nosso Lar, in Santo André-SP and to know the moments for two lived by the couples there residents, contributing to the implementation of public politics of home for senior. For so much he/she was employee the method of qualitative approach, using the interview semi-structured to pick four resident seniors' depositions in the researched Institution. We observed that the relationships to two in the Institution are permeated of prejudices so much on the part of the administration, that is not prepared to welcome seniors' couples, as on the part of the other interns, that you/they act with strangeness due to the rare moments of affectivity of the couples. It was also noticed a retraction on the part of the subjects interviewees in relation to the questions about the sexuality, once they became shy when verbalizing their moments of intimacy. We noticed that this is a theme that it still lacks studies more deepened and of operationalization of Public Politics of house for seniors so that these subjects have his/her respected citizenship when they choose an ILPI as home and place to live to two.

Key-word: aging; gerontology; home; couples; public politics.

SUMÁRIO

1ª PARTE

1 – Trajetórias: Pessoal e Acadêmica	10
2 – O caminho da Pesquisa	17
3 – O Município de Santo André: uma cidade envelhecida	28
4 – A Instituição Assistencial Nosso Lar e o atendimento à população residente	32

2ª PARTE

1 – Os Protagonistas	39
2 – O processo de Envelhecimento Humano e a velhice	42
3 – A moradia e os modos de morar	47
4 – A História das Instituições para Idosos no Brasil e a crescente demanda pelas ILPIs	52

CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
----------------------------------	----

APÊNDICE	78
----------------	----

ANEXO	79
-------------	----

1ª PARTE

1 – Trajetórias: Pessoal e Acadêmica

Quando penso na construção da minha trajetória profissional, bem como acadêmica e relaciono-a ao processo de envelhecimento humano, não posso deixar de me reportar às questões familiares, pois elas estão tão entrelaçadas uma à outra, que se torna difícil separá-las sem que fique algum fragmento a se perder nesse traçado.

O processo de envelhecimento humano e seus questionamentos tornaram-se presentes em minha vida por influência da minha família, mais precisamente pela marcante presença do meu pai e da minha avó paterna, vindo a explicitar o valor que estes tiveram na escolha pelo Mestrado em Gerontologia.

Minha família é muito longeva, estando atualmente quase todos os meus tios vivenciando a velhice, inclusive meu pai. Talvez fosse esse o primeiro passo que me fez refletir a respeito do processo do envelhecimento e da qualidade de vida nessa etapa da existência.

Minhas primeiras recordações de infância datam dos meus quatro anos, quando já comecei a ter um entendimento do que era ter e estar inserida em uma família acolhedora. Adorava fazer visitas a minha avó paterna, que atualmente tem 94 anos já completos.

Lembro-me e revivo aquela época como se fosse hoje: dos domingos que passávamos todos reunidos, sempre que possível, no aconchego da família, para o almoço em casa de minha avó; aquele cheirinho saboroso do feijão, que somente ela sabia fazer naquele fogão a lenha que ficava nos fundos da casa.

Enquanto minha avó cozinhava, meu avô, naquela época ainda vivo, costumava me convidar para ir ao quintal nos fundos da casa para colher frutas que ele mesmo as plantava. Eu me deliciava com tudo aquilo, com o carinho que ele e todos tinham por mim e por todos meus primos e primas que ainda eram bem pequenos.

Para meu deleite ainda havia sobremesas de dar água na boca, do jeitinho que somente minha avó sabia fazer. Havia tapiocas doces e salgadas, doces em caldas, compotas, etc., tudo caseiro e com o mais saboroso paladar!

Lembranças que ainda hoje tenho em minha memória olfativa daquele tempo. Era cheirinho de roça, de comida feita com amor que entrava por nossas narinas afagando nossos corações com o carinho com que era feito. São também recordações daquele lindo casal (meus avós) e que para mim era e sempre será um exemplo de dedicação a família, aos filhos, aos netos, ao outro e ao amor de um pelo outro.

Recordo-me de quando meu avô pedia para minha avó fazer sua barba. Ele dizia: “minha Majestade, faz minha barba?”. Era espantoso para mim ver que, mesmo após 60 anos de convivência e união, ainda permanecia o carinho e amor de adolescência estampados em seus rostos. Ela era e ainda continua sendo a majestade que meu avô sempre retratou: a rainha da nossa família!

Para ele, as novas invenções advindas da modernidade, como por exemplo, o prestobarba, em nada lhe tirava o prazer de fazer uma barba bem feita com aquela antiga navalha, porém não menos afiada e tampouco desprezada por ele.

Certa vez até eu mesma tive o privilégio de ser chamada para fazer-lhe sua barba. Aquele rosto com marcas tão precisas de quem já viveu muito, alguém que tinha muitas histórias para contar. E de certo que as contava, pois maravilhava-me em ouvi-las. Eram histórias de quando meu avô e meu pai, este ainda moço, pescavam nos rios da cidade e até de outros lugares.

Meu avô contava, assim como hoje meu pai conta para suas netas, não só da aventura, mas também do sacrifício que era de ser pescador e ter que acordar e sair ainda no escuro, por volta das duas horas da manhã, de bicicleta, para pescar num lugar que se chama Lagoa de Cima e que para minha imaginação de criança parecia um lugar “do faz de conta, a lagoa azul”, onde tudo era lindo e perfeito.

Sim, era mesmo, pois cheguei a conhecer esse lugar. Uma lagoa linda e enorme, rodeada por montanhas e matas; tudo como meu avô e meu pai contavam e como eu guardara em minha imaginação.

No colégio tive sorte, pois sempre estudei na Rede Pública de Ensino, ainda num tempo em que o ensino gratuito nas Escolas Públicas era bem conceituado e lembro-me dos meus primeiros dias no primário do Colégio Estadual General Dutra: meu pai me levou para a escola de bicicleta, porém eu não queria deixar que ele fosse embora, não me sentia segura, pois tinha medo de permanecer ali, sem a presença dele por perto. Então ele me disse: pode estudar tranquila, que ficarei aqui, no portão da escola até que termine suas aulas. E foi assim que se passou aquele dia e também aquela semana, ele lá parado, por cerca de quatro horas todos aqueles dias, no portão do colégio à minha espera.

Isso me deu muita confiança para que na semana seguinte eu começasse uma nova etapa na escola, que era ficar sem ele, até o final da aula, mas que serviu para toda a minha vida, pois hoje moro em Santo André – SP, muito, muito longe dele e de todos da minha família.

Ele ensinou-me muita coisa com esta atitude e, sem dúvida alguma, a melhor de todas foi a de que eu poderia confiar nele, pois ele era e sempre será meu melhor amigo, meu apoio, minha fortaleza em todos os momentos da minha vida.

O Ginásio foi mais tranquilo, pois mudei para uma escola da Rede Municipal de ensino, o Centro Educacional 29 de Maio, no qual minha irmã também estudava.

Íamos juntas para a escola, até o dia em que ela se formou professora e eu tive de passar para o turno da noite, pois tinha decidido por cursar Contabilidade e então novamente pude contar com a dedicação do meu pai em me buscar na escola. Realmente só um pai que é amigo ou um amigo que é um pai faz o que ele fez por mim.

Formei-me em Contabilidade em dezembro de 1992, com 18 anos de idade, e decidi que já era hora de ter meu próprio sustento. Então, novamente meu pai me ajudou a conseguir meu primeiro trabalho em uma loja de doces, porém sem carteira assinada. A partir daí vieram muitos outros trabalhos e por conta disso fiquei cerca de sete anos sem estudar.

Em 1999, já trabalhando, decidi voltar aos estudos e comecei a fazer um curso de Pré-vestibular gratuito, dedicado às pessoas afrodescendentes e carentes das

comunidades de Campos dos Goytacazes, visto que não possuía condições para pagar um curso particular.

Foi após o contato mais próximo com os “diferentes” e os “sem oportunidades” da nossa sociedade Campista, onde eu mesma estava incluída, que decidi prestar vestibular para a Universidade Federal Fluminense (UFF), no curso de Serviço Social.

Não foi fácil, uma vez que era uma Universidade Pública Federal e com conceituado nível de estudo. Competi com cerca de 13 pessoas, mas consegui, venci mais este obstáculo; iniciei o curso universitário e resolvi, então, estudar a questão social, porém estes sujeitos que me expus a compreendê-los, são, em realidade, cidadãos com diversas vulnerabilidades, das mais variadas faixas etárias e sem as mínimas condições socioeconômicas.

Com o passar do tempo, com a criação que tive em convívio com pessoas idosas da minha família e da minha comunidade e convicta das minhas reflexões e pensamentos, pude então amadurecer e refletir a respeito da pouca orientação para com os idosos, a escassez de políticas públicas, a falta de prioridade e de ações que de fato sejam operacionalizadas para atender a uma faixa etária de cidadãos que buscam por proteção social e qualidade de vida digna e justa, como relata o Estatuto do Idoso.

Meu curso de Serviço Social na UFF era no período tarde/noite e havia algumas disciplinas obrigatórias que somente eram disponibilizadas no turno vespertino. Foi então que tive de tomar uma decisão difícil, a de deixar o emprego para me dedicar integralmente à Universidade. E foi isso que fiz. Com a ajuda da minha família, tomei coragem e completei minha carga horária de disciplinas.

Na Universidade, obtive a oportunidade de estagiar na Secretaria de Assistência Social da minha cidade e pude conviver e assistir a pessoas em situação de vulnerabilidade social, que em sua maioria eram mulheres e idosos.

Vi de perto o que era a exclusão e também pude sentir certa impotência profissional, devido a um assistencialismo estéril que pairava na Secretaria devido às políticas sociais pontuais e segmentadas de um governo ainda em descompasso com as determinações da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Por outro

lado, pude presenciar e até mesmo operacionalizar ações sérias com equipes que, apesar de trabalharem em uma Instituição de cunho assistencialista, priorizavam a equidade e o bem-estar social da população.

Tive a oportunidade de fazer muitas visitas domiciliares e pude constatar o descaso dos governantes e de autoridades de diversos setores da sociedade com os oprimidos, em especial os idosos.

Vivenciei um verdadeiro assistencialismo impregnado de clientelismo, que se fazia visível pela troca de favores, os quais somente amenizavam o contexto desesperador em que estavam inseridos aqueles cidadãos. Era um “cala boca” temporário em épocas de eleições para os que a abriam para clamar por comida, porém permaneciam sem a dignidade.

Após o término das matérias cursadas à tarde e faltando pouco para a conclusão do curso, para minha surpresa, fui chamada para trabalhar no Hospital Ferreira Machado depois de realizar um concurso público. Esta foi minha oportunidade de poder, apesar de na época ainda não estar formada e do emprego não ser especificamente na minha profissão, conviver com a diversidade de pessoas que buscam o hospital para o refúgio das suas diversas enfermidades.

Em geral, a ansiedade por trabalhar e poder conviver com os pacientes, juntamente com certo receio dos fatos que teria de presenciar por estar num Pronto Socorro de um Hospital de nível III¹, onde se vê de tudo um pouco, de casos simples a tragédias, pois é referência no atendimento de emergência em todo o Estado do Rio de Janeiro, fez com que eu refletisse sobre a vida e aos poucos me encantasse com a área da saúde. E, especificamente, pelo fato de este hospital acolher uma demanda composta em sua maioria por idosos, pude, com tal convívio, me apaixonar por eles.

Chamava-me atenção a complexidade que “deveria existir” para cuidar desses idosos e a proteção que necessariamente estes “deveriam ter”. Digo que “deveria(m) ter”, porque observava o descaso e a falta de amparo e de proteção social com estes

¹ A lógica orientadora para a definição dos níveis tem uma coerência seguindo três princípios orientadores básicos: segurança (Nível 1), organização (Nível 2) e práticas de gestão e qualidade (Nível 3). A ideia fundamental é que os níveis possuam em uma concepção sequencial, ou seja, um processo de incorporação dos requisitos dos níveis anteriores. Quando cumprir integralmente os níveis 1, 2 e 3, ela será distinguida com a condição de Acreditada com Excelência pelos Manuais da Organização Nacional de Acreditação.

idosos já tão fragilizados pelas doenças degenerativas e crônicas a que eram acometidos e pelas marcas trazidas pela vivência de situações violência e abandono.

Formei-me em julho de 2005 e já estava com saudades da área acadêmica, porém desencorajada diante de “ajudas e assistencialismos pontuais” por parte de governantes que buscavam minimizar as inúmeras questões sociais das várias categorias e faixas etárias existentes. Percebi, então, que seria mais útil lutar pela causa de uma categoria em especial: a dos idosos desfavorecidos.

Após tal reflexão resolvi ingressar em um curso Lato Sensu, especializando-me em Gerontologia Social e Políticas Públicas na mesma Universidade em que me graduei, com o objetivo de lutar pela promoção dos direitos dos idosos desprotegidos e tidos pela sociedade e pelo Estado como os “velhos”, visualizando orientá-los na reconquista por sua cidadania e dignidade.

Este ingresso também partiu da vontade de poder obter um conhecimento mais preciso do processo de envelhecimento humano, suas perdas, seus ganhos e os danos que sofrem estes idosos nesta etapa da vida, mas também possibilitar uma via para promover maior qualidade de vida na terceira idade e o conseqüente empoderamento do Ser idoso como cidadão de direito e de fato.

Já nos primeiros módulos do curso, pude fazer um paralelo com a minha trajetória pessoal e profissional e antes mesmo de finalizar o curso de especialização, foi possível refletir a respeito de tudo que eu estudara até aquele momento sobre o processo de envelhecimento humano.

Foi então que tive a aspiração para lançar-me num projeto de vida ousado: inscrevi-me no Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, para concorrer a uma vaga no curso Stricto Sensu em Gerontologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Para meu espanto e alegria, fui chamada para entrevista e logo em seguida obtive a resposta de que fui aceita no mestrado. Tudo foi muito corrido e para que eu pudesse dar andamento a este sonho, teria de mudar radicalmente minha vida. E foi o que fiz.

Num impulso desesperado para ter um pouco mais de descanso, mas sem deixar de lado o mestrado que acabara de entrar, resolvi, então, juntamente com meu noivo, largarmos tudo e nos mudarmos para Santo André, no Estado de São Paulo.

Hoje não me arrependo de nada, tudo valeu e está valendo a pena, aprendi muito com todas essas mudanças, pois amadureci.

Minha vida tomou um rumo completamente diferente dos caminhos que antes eu trilhava: passou de uma simples via reta, a qual já saberia o seu final: ser uma funcionária pública, sem atuar na minha profissão, para uma estrada com curvas sinuosas, onde tenho que permanecer em constante movimento e lançar-me todos os dias ao desconhecido, ao novo, o que está muito longe da inércia que antes me fazia fincar os pés no chão, sem de lá ter ânimo para sair.

Atualmente sou concursada na Prefeitura de São Paulo e estou como Assistente Social e tenho plena convicção de que qualquer alteração que vier a ocorrer no rumo da minha trajetória será em favor de mudanças ainda melhores, pois estarei sempre em movimento, lutando pelos meus ideais de melhor qualidade de vida para os idosos, pela ampliação dos seus direitos à proteção social e ao empoderamento de sua cidadania, para que os redirecionem a novos projetos de vida.

Acredito que a decadência da vida não se inicia com o avançar da idade, ou se preferirem, a vida não se finda neste ponto. A velhice é mais uma etapa do desenvolvimento humano, em que existem inúmeras maneiras de reinventar novos modos de viver, dando novos ressignificados para a vida e vivê-la da forma mais agradável possível.

Por isso não podemos encarar a questão da moradia institucionalizada para idosos, tema deste estudo, como um problema sem solução. O problema será se não tivermos políticas públicas e programas de moradia que favoreçam um envelhecimento ativo, com qualidade de vida e autoestima.

A longevidade dos que chegam aos 90 anos, como é o caso da minha avó, é a constatação de que se pode sim ter uma vida reinventada e ressignificada numa possível quarta idade.

Esta dissertação constitui-se, na 1ª Parte, da apresentação das trajetórias acadêmica e pessoal e o caminho trilhado da pesquisa. Serão descritos também o cenário em que ela foi realizada: O Município de Santo André e a Instituição Nosso Lar, não deixando de nos reportarmos ao atendimento à população residente na referida instituição.

Após a delimitação do trabalho, dedicaremos a 2ª Parte deste estudo à apresentação dos protagonistas da pesquisa. Num segundo momento, abordaremos o tema envelhecimento humano e velhice, apontando os dados desse envelhecer e seus questionamentos, não deixando de nos reportar à moradia e aos diversos modos de morar. Também relataremos a História das Instituições asilares no Brasil, chamando a atenção para a crescente demanda de idosos pelas ILPIs.

Nas Considerações Finais faremos menção a algumas diretrizes sobre habitação e moradia institucionalizada para idosos e analisaremos os resultados obtidos neste trabalho, sendo propostas algumas reflexões a respeito da investigação feita por meio da pesquisa.

Por fim, há as Referências Bibliográficas, Apêndice e Anexo.

2 – O caminho da Pesquisa

O crescimento exponencial da população idosa é um fenômeno que vem se impondo mundialmente desde meados do século XX, podendo também ser exemplificado, no caso do Brasil, por um aumento significativo da população de 60 anos e mais no total da população nacional que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra em domicílios (PNAD) de 2007, já somam quase 20 milhões de idosos.

Porém o rápido e expressivo fenômeno do envelhecimento populacional impõe inúmeros desafios e ações que possibilitem maior conhecimento deste processo multifacetado, que vem entrelaçado a aspectos biológicos, psicológicos e sociais que atingem o ser humano em sua totalidade, modificando suas relações com o tempo, com o corpo, com o mundo e com sua própria existência, visto que ainda estamos vivendo em uma sociedade em que seus membros e também seus governantes não se prepararam para este acontecimento.

Sabemos que, por maior que seja a objetividade dos aspectos biológicos, lidamos com sujeitos que possuem uma subjetividade e qualquer fator, principalmente emocional, poderá associar-se a uma doença que, por sua vez, trará um efeito patológico.

Os dados expressivos desta realidade trazem à tona, por exemplo, questões polêmicas a respeito do envelhecimento e das políticas públicas de habitação, mais especificamente nos remetem à discussão sobre o morar dos idosos. Na velhice a questão do morar assume centralidade na medida em que ocorre um crescimento da demanda pelos diversos modos de morar.

Há idosos que adquirirem apego ao espaço físico específico de sua casa, pois imprimiram em cada cômodo as marcas de sua existência, dos seus amores, da sua vida. Há outros, porém, que buscam novas maneiras de viver e morar.

Na velhice, um dos desafios centrais é a questão da moradia, mais especificamente do morar institucionalizado, visto que é crescente o número de idosos que vivem ou que buscam nas Instituições Assistenciais locais de moradia digna.

Numa sociedade capitalista em que ocorre a supervalorização da individualidade do sujeito, espaços restritos e coletivos são deixados para a moradia dos idosos: Casas Lares, Repúblicas, Casas de Repouso, Moradia para Idosos, Instituições de Longa Permanência (ILPIs), etc.

É exatamente na esfera do morar que se situa o problema de investigação exposto neste trabalho, mais especificamente do morar dos casais idosos nas ILPIs, sendo construída com base em meus questionamentos a respeito de como são os momentos dos casais idosos nas Instituições de Longa Permanência, como se dá o relacionamento destes entre si e com os outros residentes e como é a vivência da sua sexualidade, de forma a retratar este tema na teoria e suas peculiaridades na prática.

A ideia desta pesquisa surgiu de reflexões sistematizadas a respeito da condição do idoso institucionalizado e suas implicações no que diz respeito ao morar e materializou-se com o Trabalho de Conclusão de Curso Lato Sensu em Gerontologia e Políticas Públicas, na Universidade Federal Fluminense, onde propomos uma pesquisa no Hospital de Retaguarda Manoel Cartucho de Castro, em Campos dos Goytacazes,

tendo como questionamento a hipótese de abandono vivido pelos idosos hospitalizados, juntamente com o desamparo da sociedade e do Estado com estes sujeitos, o que torna o hospital um dos únicos lugares de moradia para idosos. O objetivo do estudo foi refletir sobre a minimização dos gastos hospitalares com pacientes internados, porém já tratados e com alta hospitalar.

Para uma investigação mais apurada, utilizamos como estratégia a experiência adquirida ao longo do processo acadêmico vivenciado como discente de Serviço Social, na cidade de Campos dos Goytacazes, onde pudemos compreender e analisar a questão social no que diz respeito à institucionalização da população idosa que se encontrava em estado de vulnerabilidade social, agregando esses fatos ao tema aqui proposto.

Essas experiências acadêmicas nos instigaram a propormos uma investigação em uma ILPI para compreender, por meio dos relatos dos sujeitos idosos lá residentes, como é morar em uma instituição asilar, mais especificamente o morar dos casais e sua relação com a comunidade residente, buscando registrar como é o morar institucionalizado e como se dá a vivência da sexualidade entre os sujeitos pesquisados, visto que, para muitos, como aborda Capodieci (2000, p. 22) “a velhice aparece repelente e assexuada (...) e o estereótipo ainda difuso é que o prazer sexual esteja limitado somente ao período juvenil da vida.”

Exemplo disso foi a recente publicação feita por vários jornais internacionais, em que foi relatado que um casal de idosos foi advertido pela administração de um Asilo em La Paz, Bolívia, por estarem se beijando. Eles foram proibidos de manter seu relacionamento, sendo imposto ao casal que eles não se falassem mais.

Foi diante de tais fatos que manifestamos o desejo de realizar este estudo, pois consideramos que foi através do exercício aprofundado desta pesquisa que alcançamos a competência crítica para refletirmos sobre a vivência dos casais idosos em Instituições de Longa Permanência.

A necessidade de estudos que compreendam a realidade contemporânea desta demanda social, suas implicações e o retorno que as estratégias a serem utilizadas podem trazer ao sujeito idoso e a instituição de longa permanência, fizeram que o tema abordado não pudesse deixar de ser mencionado e tido como relevante para o Curso de

Pós-Graduação Stricto Sensu em Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Ao confrontarmos a nossa experiência vivenciada do idoso institucionalizado com os referenciais teóricos e diante da inquietação a respeito de como é o morar dos casais idosos que vivem institucionalizados, despertamos para o problema de investigação aqui exposto e elegemos como objetivo geral dessa pesquisa:

- ⇒ Compreender o morar dos casais idosos em uma Instituição de Longa Permanência, utilizando como local para o estudo a Instituição Assistencial Nosso Lar, no Município de Santo André – SP, com base nos dados colhidos dos prontuários e nas entrevistas realizadas com casais residentes.

Definiu-se também como objetivos específicos:

- ⇒ Levantar o perfil da população residente na Instituição pesquisada: sexo, escolaridade, faixa etária, estado civil e tempo de união dos casais;
- ⇒ Registrar alguns momentos a dois dos casais idosos institucionalizados que vivem na Instituição pesquisada e conhecer o pensamento destes acerca do morar institucionalizado, buscando investigar como se dá o relacionamento destes idosos entre si e com os demais membros da Instituição Assistencial Nosso Lar, fundamentado nas falas dos entrevistados;
- ⇒ Contribuir para a formulação de Políticas Públicas sobre moradia institucionalizada.

Com base nas discussões em relação aos objetivos da pesquisa, construíram-se conhecimentos no mundo e sobre ele. Sua especificidade, porém, está impressa no intenso processo de aprendizagem e sintonia como pesquisadora com o sujeito de estudo, possibilitando a compreensão das diferentes modalidades da realidade interior e exterior que nós experimentamos e que tecem a totalidade da vida.

A busca pela construção permanente deste conhecimento está na interação dos vínculos que ocorrem no universo das relações sociais e que deriva da realidade

empírica, da prática vivenciada e das emoções que cercam o sujeito e que o fazem ser capaz de sentir, pensar e agir. É nesta totalidade que o pesquisador encontra as respostas aos seus questionamentos.

Nesta pesquisa, apresenta-se como relevante buscarmos na cientificidade a fonte norteadora dos nossos estudos, sem deixarmos de tecer um elo entre as bases teóricas e a prática vivenciada, objetivando captar a diversificada e complexa visão da realidade sobre a questão do morar institucionalizado dos casais idosos.

As bases teóricas das categorias que abordamos no decorrer desta pesquisa contribuem para:

Iluminar a leitura da realidade e imprimir rumo à ação (...) é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (...). É preciso ter competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais [...] e estratégias de ação para enfrentá-las. (Iamamoto, 2001, p. 63)

Acreditamos, como Minayo (2002, p. 16), que “(...) a metodologia inclui concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.”

Ainda segundo a autora (2000, p. 70), “a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”.

Ao trabalharmos numa perspectiva criativa sobre a questão do morar dos casais idosos em uma ILPI, pudemos reconhecer que tais “categorias” abordadas em conjunto vêm sendo pouco pesquisadas e utilizadas em estudos que privilegiem a análise e investigação do cotidiano de casais de idosos moradores de uma instituição asilar.

Concordamos com Capodieci (2000, p. 30) quando diz que o fenômeno do envelhecimento tem sido estudado, mais aprofundadamente à luz dos conhecimentos biológicos e fisiopatológicos, sendo direcionadas as pesquisas à patologia ou à mortalidade, dando pouca relevância aos fatores psíquicos e, de modo particular, aos fatores afetivos e emocionais, que fazem parte da sexualidade.

Vale ressaltar que a pesquisa de campo ocupa um papel fundamental para solidificar os laços entre teoria e prática, visando desvendar e iluminar a nossa pesquisa, conforme a realidade social dos idosos institucionalizados, elaborando propostas factíveis que impulsionem a realização de transformações viáveis, tanto para o idoso, quanto para a instituição que o acolhe.

Iamamoto faz referência a este mecanismo de integração entre a teoria e a prática e nos mostra que “o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia, quando aliado à pesquisa da realidade” (2001, p. 273).

Para a apropriação do conhecimento e implementação da pesquisa para o referido estudo, foi necessário estabelecer modelos de investigação teórica comprometidos com a produção científica sobre o envelhecimento humano, a velhice institucionalizada, os marcos legais sobre habitação e moradia para idosos e as diversas questões sociais inerentes a estas categorias. Tais questões sociais, de acordo com Iamamoto, são apreendidas como:

Apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e reinvenção das vidas construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (Iamamoto, 2001, pp. 27-28)

Para alcançarmos dados observáveis e concretos, adotamos as seguintes estratégias:

– Pesquisa teórica, com a utilização de bibliografia disponível sobre as categorias no tema proposto;

– Pesquisa de campo com abordagem qualitativa, que foi realizada após o estudo bibliográfico, permitindo ao pesquisador ter um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que se define os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, como os dados seriam tabulados e analisados. Na fase da investigação e da pesquisa de campo para a coleta de dados, combinamos os seguintes elementos: inicialmente, uma fase exploratória em que foram delineados caminhos para o trabalho de campo com base no levantamento e tabulação de dados dos prontuários e

da análise dos relatos das histórias de vida de quatro idosos institucionalizados em forma de entrevista.

A abordagem teórica desta pesquisa foi trabalhada em conjunto com os relatos obtidos através da entrevista, o que mostrou ser pertinente para enriquecer a experiência da mesma, permitindo-nos, como investigador, uma incursão ao complexo campo das Instituições de Longa Permanência, buscando nestas casas coletivas um novo modelo de moradia para os casais idosos.

Para a caracterização da população da Instituição Assistencial Nosso Lar, de acordo com a idade, optou-se por dividi-la em faixas etárias.

O que nos chamou atenção para a pesquisa foi a confirmação de que a instituição abriga em suas dependências um casal de idosos, mas que dormem em quartos separados. Há também casais de namorados entre os residentes, fato que instigou ainda mais nossos questionamentos a respeito de como é o morar desses casais nas ILPIs.

Por meio desse levantamento prévio do perfil sociodemográfico dos residentes, escolhemos intencionalmente como sujeitos de estudo dois casais de idosos que residem na Instituição Assistencial Nosso Lar, no Município de Santo André – SP para uma entrevista aprofundada.

Os sujeitos foram selecionados, conforme os seguintes critérios: terem 60 anos ou mais; não possuírem histórico de deficiência cognitiva, verbal e auditiva e serem casados ou namorados. Seus nomes foram alterados, a fim de preservar a identidade dos mesmos. Cada entrevistado assinou o termo de consentimento livre esclarecido (apêndice).

A pesquisa obedeceu aos princípios éticos da resolução n.º 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa realizada com seres humanos, neste caso especialmente o artigo IV, que aborda entre outros direitos, a autonomia do participante da pesquisa e o seu consentimento livre e esclarecido.

A pesquisa na área das Ciências Sociais lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente

imbricados e comprometidos (Minayo, 2000, p. 14). Para tanto, estabelecemos uma boa relação e empatia com os sujeitos pesquisados, criando um ambiente favorável e agradável para a entrevista.

A entrevista, feita na própria ILPI, envolveu uma fase de aquecimento, que possibilitou a criação de um ambiente de empatia que garantiu a desenvoltura e fidedignidade das respostas.

Esta fase foi precedida de explicações aos sujeitos da pesquisa, os quais foram informados que:

- ⇒ Os dados obtidos seriam utilizados exclusivamente com finalidade científica, mantendo-se o anonimato dos mesmos;
- ⇒ Os sujeitos teriam a liberdade de se recusar a participar ou retirar o consentimento, em qualquer fase da pesquisa;
- ⇒ A pesquisa poderia ser suspensa caso os sujeitos da amostra não assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- ⇒ Haveria o retorno dos dados obtidos após a conclusão da pesquisa às instituições de origem;
- ⇒ O termo de consentimento livre e esclarecido seria feito em duas vias, sendo que uma delas ficaria com o participante do estudo.

Priorizou-se, dentro da Instituição, um ambiente em que os sujeitos tinham determinado para a entrevista, visando transcorrê-la de maneira agradável e prazerosa.

Os relatos foram colhidos em horários diversos e em dias variados nos meses de maio, junho e julho do corrente ano.

Os sujeitos da pesquisa responderam questões inerentes às histórias de vida, à moradia institucionalizada, ao relacionamento a dois nas dependências da Instituição e às categorias pertinentes a este trabalho. Direccionamos as perguntas, uma vez que as características como provisoriedade, dinamismo e especificidade são fundamentais em qualquer questão social (Minayo, 2000).

Utilizamos a entrevista semiestruturada com perguntas abertas, seguindo um roteiro predeterminado, constituído pelas seguintes perguntas:

- Há quanto tempo residem na Instituição Assistencial Nosso Lar?
- Onde e com quem moravam antes de vir para aqui?
- Como é morar em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos?
- Como são os momentos a dois na Instituição?
- Estão satisfeitos com as normas da Instituição para os casais? Caso não estejam, o que poderia ser mudado na Instituição para melhorar o relacionamento a dois?

Estas questões deram aos pesquisados a oportunidade de relatar livremente sobre suas vivências e o tema em questão.

Tomamos como ponto de partida para a pesquisa o relato desses sujeitos sobre o relacionamento entre si, a sexualidade e seus momentos a dois em uma ILPI. Para tal estudo, foi obtida autorização da direção da instituição para serem realizadas visitas de observação, análise e coleta de dados dos prontuários e entrevistas aos residentes da casa, objetivando conhecer suas histórias de vida e seus depoimentos e como é o dia a dia de um casal em uma ILPI.

Os casais selecionados, na época da pesquisa, tinham idade superior a 60 anos, sendo que um deles, o qual chamaremos de casal 1 e cujos nomes fictícios serão senhor Paulo e senhora Erica, são casados há 61 anos. Antes de residirem na Instituição Assistencial Nosso Lar, eles viviam em um sobrado próprio, o qual foi vendido por seu genro para pagar dívidas. Este casal está na Instituição há dois anos.

O outro casal, João e Rosa, que adotaremos como casal 2, se conheceu na Instituição e se consideram namorados. Eles foram admitidos na Instituição em datas diferentes. O senhor João, 72 anos, reside lá desde 1995, ou seja, está há 14 anos na instituição. A idosa, senhora Rosa, também tem a mesma idade do seu companheiro e está morando na Instituição desde início do ano de 1989.

Ambos os casais são independentes e foram residir na Instituição por não ter onde morar, já que seus familiares não tinham disponibilidade de tempo para cuidar dos mesmos.

As respostas encontradas identificaram os pontos positivos e negativos da moradia institucionalizada e/ou os empecilhos que travam ou não a vivência afetiva da sexualidade dos casais na Instituição pesquisada.

Os dados coletados através das entrevistas foram categorizados, sendo analisados simultaneamente com a literatura existente e conforme foram descritos os capítulos. Os relatos intercalados com a teoria possibilitaram a compreensão dos fatos narrados pelos sujeitos, buscando responder às questões propostas no início deste trabalho.

Foi assim que ouvimos os depoimentos dos momentos a dois dos sujeitos selecionados e seus questionamentos a respeito de como é morar em uma ILPI.

De acordo com Minayo (2000), a história de vida abrange dois tipos: a história de vida completa, que retrata o conjunto da experiência vivida e a história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. Na presente pesquisa, a opção foi pela história de vida tópica, já que se limitou à análise da vida institucionalizada dos casais, particularmente no interior da Instituição Assistencial Nosso Lar.

A abordagem da pesquisa foi, predominantemente, qualitativa, pois esta dimensão é indispensável para alcançarmos a subjetividade dos sujeitos e dos fatos no trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2000, p. 21).

A “abordagem qualitativa na pesquisa deve expressar reconhecimento da singularidade, peculiaridade da vivência do sujeito, reconhecimento da importância de conhecer o seu modo de vida numa perspectiva contemporânea do seu dia a dia”, relata Martinelli (1999, pp. 9-10).

Esta abordagem foi indispensável por compreender que se trata da mais adequada para descrevermos nosso sujeito de estudo, bem como analisarmos a experiência na prática, a qual nos permitiu uma investigação da condição de moradia destes casais de idosos residentes, possibilitando-nos visualizar o quanto os estudos a respeito do morar institucionalizado e da velhice vem sendo subordinada, em muitos casos, ao tratamento da patologia do idoso, uma vez que são raras as pesquisas à ILPIs associadas à moradia dos idosos casados nestes estabelecimentos.

Os procedimentos qualitativos envolveram a análise de conteúdo das histórias de vida e sua interpretação, apoiada em três aspectos fundamentais:

a) nos resultados alcançados no estudo (respostas aos instrumentos utilizados);
b) na fundamentação teórica (manejo dos conceitos-chave das teorias e de outros pontos de vista); c) na experiência pessoal do investigador (Triviños, 1987, p. 173).

Vale destacar que os entrevistados mostraram-se um pouco intimidados na exposição dos acontecimentos mais íntimos, fato que dificultou um pouco a pesquisa.

As falas, as ações e as tabulações foram registradas em diário de campo e depois de redigidos, os relatos foram lidos para a apreciação, inclusão ou alteração de qualquer fato pelos sujeitos e posteriormente transcritas para este trabalho.

Barros e Lehfel'd (2000) apontam que, antes de se passar à fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa examiná-los, analisando-os criticamente, observando falhas, distorções e erros.

Nesta pesquisa, estamos interessados em investigar como é a vida a dois destes idosos, como eles se veem morando em tal instituição onde seus problemas em geral são múltiplos, tanto biológicos, quanto psicológicos e sociais, buscando também analisar suas relações sociais e as condições em que ocorre essa interação no ambiente institucionalizado, enfim, buscando compreender estes questionamentos.

Os relatos destes idosos sobre as dimensões do morar a dois em uma Instituição para idosos e a possibilidade que eles têm ou não de manter um contato mais íntimo, poderá nos indicar a ressignificação do conceito do morar institucionalizado, possibilitando também aos mesmos sujeitos uma reflexão de suas vidas e de sua relação

um com o outro. Proporcionando, ainda, seu caminhar rumo a novos projetos de viver e possivelmente ao empoderamento de sua cidadania.

O projeto em questão busca repassar conhecimentos até então não muito claros, sobre como se dá o relacionamento a dois em uma ILPI.

Não é intenção deste trabalho esgotar as possibilidades de reflexão e de respostas ao tema aqui exposto, mas mostrar a necessidade de programas sociais de moradia e habitação para a demanda crescente de idosos que buscam novos arranjos de vida em nosso país.

3 – O Município de Santo André: uma cidade envelhecida

Tomando o município de Santo André – SP como recorte da realidade nacional, percebemos o aumento da demanda de idosos quanto à institucionalização em modalidade asilar. De acordo com dados levantados pela Prefeitura de Santo André em 2007, existem 29 asilos regulamentados na cidade, onde vivem cerca de 700 pessoas.

O Município de Santo André localiza-se na região Metropolitana de São Paulo, conhecida como ABC, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Este último, de acordo com os dados da PNUD, em 2000 foi o detentor do maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País², tendo um índice relacionado à longevidade de 0,886. Esta medição do IDH vai de 0 a 1, quanto mais próximo do 1 a região estiver, maior o desenvolvimento humano.

Atualmente, a esses municípios foram acrescentados os de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, formando a grande região do ABC.

Um fator importante no processo de urbanização dessa região foi a construção da estrada de ferro no século XIX, que viabilizou o transporte de produtos agrícolas, em especial o café, do interior do Estado de São Paulo para o porto de Santos, facilitando com isso a sua comercialização.

² O IDH é um índice criado pelo PNUD e calculado para diversos países desde 1990. Originalmente proposto para medir a diferença entre países, foi adaptado para ser aplicado também a Estados e municípios. O índice vai de 0 a 1 — quanto mais perto do 1, maior o desenvolvimento humano.

Com o processo de instalação de grandes indústrias em Santo André e na região do ABC, houve uma grande migração da mão-de-obra para essas cidades, interessada nas oportunidades de emprego, favorecendo a própria ocupação do município por novos moradores e sua consequente urbanização.

A região do ABC passou então a ser conhecida como pólo industrial, com o estabelecimento de indústrias automobilísticas e de autopeças, estimulando a concentração do operariado nos sindicatos e sua participação em movimentos sociais, manifestações e passeatas pela luta contra o elevado custo de vida e por democracia.

A partir da recessão econômica da década de 1980, houve uma evasão de indústrias de Santo André e também de outros municípios da região do ABC, com a finalidade de buscar nas regiões do interior de São Paulo e de outros Estados, incentivos fiscais e áreas mais extensas para ampliação de suas fábricas, permitindo a expansão de suas atividades produtivas.

Na busca por adequação a esta nova realidade da escassez das atividades no setor industrial na região, desenvolveram-se no município outros setores, como o comércio e a prestação de serviços.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, exposto na Tabela 1, o Município de Santo André contava com uma população de 649.331 habitantes; desse total, 10,3% eram idosos, ou seja, 67.184 habitantes.

TABELA 1: Evolução da População nos Municípios da Região do Grande ABC de 1.960 / 2.000 e Estimativa 2006(*)

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000	2006*
Santo André	245.147	418.826	553.072	616.991	649.331	673.234
São Bernardo do Campo	82.411	201.662	425.602	566.893	703.177	803.906
São Caetano do Sul	114.421	150.130	163.082	149.519	140.159	133.241
Diadema	12.308	78.914	228.660	305.287	357.064	395.333
Mauá	28.924	101.700	205.740	294.998	363.392	413.943
Ribeirão Pires	17.250	29.048	56.532	85.085	104.508	118.864
Rio Grande da Serra	3.955	8.397	20.093	29.901	37.091	42.405
Região do Grande ABC	504.416	988.677	1.652.781	2.048.674	2.354.722	2.580.926

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

(*): Estimativa das populações residentes em 01.07.2006

Observamos na mesma Tabela 1 que, de acordo com a estimativa do IBGE para o ano de 2006, o número de habitantes em Santo André se elevou para 673.234, um aumento de quase 4% referente ao ano de 2000.

A Tabela 2 mostra a projeção, segundo dados do IBGE, da população do Município de Santo André, por faixa etária. Nela é possível perceber aumento de 5,92 na faixa etária de 60 a 69 anos e de 4,40 no segmento da população de 70 anos e mais. Isso totaliza um crescimento de 10,3 na população de 60 anos ou mais e, mais que isso, perceber também um grande contingente de pessoas da faixa etária dos 40 a 49 anos que em poucos anos demandará certamente por novos modelos de moradia.

**TABELA 2: Projeção da População Residente segundo
Faixa Etária e Sexo – Santo André – 2006**

FAIXA ETÁRIA	HOMEM	MULHER	TOTAL	%
0 a 4	25.116	24.325	49.441	7,34
5 a 9	25.767	25.116	50.883	7,56
10 a 14	28.811	28.307	57.118	8,49
15 a 19	31.913	31.914	63.827	9,48
20 a 24	30.904	31.567	62.471	9,28
25 a 29	27.729	29.053	56.782	8,44
30 a 34	26.281	27.908	54.189	8,05
35 a 39	26.154	28.531	54.685	8,12
40 a 49	44.435	48.629	93.064	13,82
50 a 59	28.608	32.639	61.247	9,10
60 a 69	17.891	21.987	39.878	5,92
70 e mais~	11.758	17.891	29.649	4,40
TOTAL	325.367	347.867	673.234	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2000 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Prefeitura Municipal de Santo André

São dados significativos, considerando-se que, segundo a Organização Mundial da Saúde, um país é considerado envelhecido, quando sua população etária de 60 anos ou mais estiver acima de 10% de sua população total. Pode-se dizer, então, que o Município de Santo André é uma cidade envelhecida.

Portanto, é preciso pensar em políticas públicas de habitação e moradia como alternativa aos casais idosos que vivem atualmente institucionalizados e os que poderão vir a ter uma ILPI como moradia.

4 – A Instituição Assistencial Nosso Lar e o atendimento à população residente

Segundo dados colhidos, em 2007, da Síntese de Indicadores Sociais e divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em setembro de 2008, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 72,7 anos, em 2007. Hoje, a população idosa (pessoas de 60 anos ou mais) representa 10,5% dos brasileiros e somam quase 20 milhões de pessoas, as quais requerem ações complexas de saúde e assistência em diversos níveis de tratamento para amenizar os impactos que as enfermidades causam a esta demanda.

Este é o caso da instituição pesquisada, que também possui idosos dependentes e necessitam de atendimento médico esporádico.

A Instituição Assistencial Nosso Lar, fundada há aproximadamente 54 anos, é uma entidade filantrópica, organizada para fins não econômicos, considerada de Utilidade Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal que presta assistência a idosos carentes, sendo registrada como tal no Conselho de Assistência Social e na Prefeitura Municipal de Santo André.

O surgimento do trabalho com idosos da instituição ocorreu por intermédio do Centro Espírita “Francisco Ribeiro”, que tinha como trabalho social o “Abrigo dos Desamparados”, com a finalidade de dar assistência às pessoas idosas e necessitadas. Porém, em virtude dos elevados gastos com o referido abrigo, o Centro Espírita Francisco Ribeiro solicitou à União Municipal Espírita de Santo André que administrasse o abrigo.

Assim, a instituição começou suas atividades, ainda em endereço antigo no bairro Campestre, em 10 de novembro de 1953, com 20 idosos. Com a doação de um terreno no Jardim Bom Pastor, iniciou-se a construção do novo prédio, com capacidade para 120 internos e em 1961 foram transferidos os idosos para a nova sede da instituição.

Em 1979, houve a mudança de endereço e, em razão da desapropriação do imóvel pela Prefeitura, foi concedido à Instituição Nosso Lar um prédio na Rua

Francisco Ferreira, 59, no Jardim Guilhermina, atual sede da instituição, que foi adaptado para atender os idosos.

O artigo 1º do Estatuto Social da Instituição Nosso Lar estabelece que:

(...) é uma associação civil de Direito Privado, filantrópica, de inspiração espírita – cristã, organizada para fins não econômicos, destinada a prestar, gratuitamente, assistência sob todos os aspectos, a necessitados em geral e sem discriminação de idade, sexo, nacionalidade, crença, raça ou cor.

Em 2001, a entidade recebeu o Prêmio Bem Eficiente, oferecido por Kanitz e Associados, estando entre as 50 melhores entidades beneficentes do país.

No artigo 2º, item I, letra A, consta que “Todas as instalações da Instituição serão destinadas para o atendimento gratuito de idosos, crianças e portadores de deficiência física, observando as normas regulamentares.”

Este artigo, portanto, revela que a Instituição abriga pessoas carentes, prestando assistência em todos os aspectos a necessitados em geral, sem distinção de sexo, etnia, crença, nacionalidade, prestando-lhes completa assistência quanto à moradia, alimentação, higiene, assistência médica, social, psicológica, fisioterápica, odontológica e espiritual, bem como atendimento de enfermagem 24 horas, uma vez que as instituições asilares não se caracterizam por apresentarem um perfil de estabelecimento de assistência à saúde, mas nelas devem também ser exercidas ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde dos idosos.

Consta no Art. 18 do Decreto 1948, de 03 de julho de 1996, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, que:

Fica proibido a permanência em instituições asilares, de caráter social, de idosos portadores de doenças que exijam assistência médica permanente ou de assistência de enfermagem intensiva, cuja falta possa agravar ou pôr em risco sua vida ou a vida de terceiros.

Observa-se que o Estatuto Social, de 22 de fevereiro de 2008, continua definindo o seu atendimento a uma ampla população, apesar de a Instituição ser

conhecida no Município de Santo André como Asilo para idosos. Tal fato pôde ser constatado na pesquisa, pois a casa abrigava, além dos idosos, pessoas com deficiência mental, doença mental e deficiência física leve e que, por alguma razão, não tiveram outra alternativa senão morar na instituição.

Para prestar um atendimento de qualidade, a instituição conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais: médicos, enfermeiros, assistente social, fisioterapeuta, nutricionista, administrador, porteiros, motoristas e ajudantes gerais. Profissionais que trabalham nos seguintes setores: administração, secretaria, portaria, bazar, estoque, mercadão, transporte, cozinha, manutenção, limpeza, telemarketing, ajudantes, enfermagem, rouparia. Tais profissionais são responsáveis pelo atendimento e acolhimento das pessoas de forma integral e humanizada.

Na Instituição, também observamos o empenho dos voluntários das mais variadas profissões, os quais fazem vários trabalhos nos setores da ILPI. São cabeleireiros, cantores, terapeuta ocupacional, dentista, nutricionista, que prestam serviços na secretaria, no bazar, na cozinha, na manutenção, na limpeza, na enfermagem, rouparia, apoio às atividades de vida diária (banho de idosos acamados e alimentação), costura, barbearia, alfabetização, ensaio do coral, na assistência dentária e nos eventos. São pessoas que há anos colaboram com a entidade, atendendo as diversas demandas ali existentes, buscando atingir a universalização e efetivação da cidadania.

A institucionalização é de caráter gratuito, portanto realizada unicamente depois de reconhecida a necessidade do usuário, que é feita de acordo com os critérios de carência de recursos financeiros ou abandono sofrido pelo mesmo, observado o inciso IV do Artigo 2º do Estatuto Social da Instituição que rege:

A assistência gratuita a que se refere à alínea “a” do inciso I deste Artigo, será prestada nos casos de reconhecida necessidade, pela carência de recursos financeiros ou abandono e desde que a Instituição disponha para tanto, de vagas em suas instalações, recursos materiais, financeiros e pessoal necessário.

Esta institucionalização é realizada em regime de internato, sendo feitas entrevistas com familiares e/ou com o próprio idoso solicitante da vaga e também visita

domiciliar. Ainda há o termo de responsabilidade que é assinado pelo solicitante da vaga, definindo os procedimentos da instituição, conforme Anexo.

Estando aprovadas as condições para a acolhida do idoso na Instituição, faz-se o encaminhamento deste para avaliação psicológica e médica, sendo realizados exames admissionais de laboratório, radiografia etc.

Tal fato mencionado está de acordo com o Art. 18 do Decreto 1948 que, em seu Parágrafo único, diz que “A permanência ou não do idoso doente em instituições asilares, de caráter social, dependerá de avaliação médica prestada pelo serviço de saúde local.”

A Instituição oferece cinco refeições diárias aos residentes, serviço de lavanderia e atividades recreativas, lúdicas e terapêuticas. Conta ainda, como fonte de arrecadação financeira, com as contribuições voluntárias, um bazar da pechincha, que funciona diariamente, um mercadão de móveis usados e do serviço de Telemarketing. Essas atividades são realizadas na própria instituição, porém em áreas onde os residentes não têm livre acesso.

O “bazar da pechincha” e o “mercadão de móveis usados” funcionam com donativos da comunidade. Como complementos das contribuições, há doações de gêneros alimentícios e também o repasse de parte da aposentadoria, pensão ou benefício dos residentes que as tem, para a instituição.

E, por fim, há uma verba do Conselho Municipal de Assistência Social destinada a auxiliar a casa e também à realização de eventos pelos funcionários e voluntários para a manutenção financeira da instituição.

Os idosos residem em uma área construída pela Prefeitura e o setor administrativo ocupa uma parte da edificação que é de propriedade de outra instituição de Santo André, a qual já pediu sua desocupação.

No que diz respeito à estrutura física do prédio ocupado pelos idosos, os espaços são grandes e bem arejados, com cozinha, refeitório, banheiros, sala para jogos e terapias grupais.

Destacamos, porém, em nossas observações, que não há oferta de local para convívio marital, como quartos de casal. É uma casa térrea cujos quartos são dois grandes cômodos, sendo estes divididos em ala feminina e masculina. Neles foram feitas paredes baixas para separar as camas dos usuários. Há ainda dois quartos femininos onde dormem cinco senhoras em cada um, inclusive um deles é o aposento da senhora Erica. Existe um cômodo que antes era utilizado como dispensa para objetos, mas que poderia ser reformado para acomodar o casal 1.

Por viverem em regime de internato, a instituição tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento humano, bem como a socialização destes entre si e com a comunidade. A sociabilidade é feita através da integração ativa dos internos com grupos que visitam a Instituição e com base na participação dos idosos tanto em eventos internos, como festas em datas comemorativas, Natal, Dia das Mães, Dia dos Pais, Carnaval, Páscoa, Semana do Idoso, aniversariantes do mês, exibição de filmes, coral, bailes, culinária, jogos etc., quanto em eventos externos (passeios ao shopping, a cidades turísticas, parques, praias, museus circos, programas de TV, Missas em Igrejas), buscando o resgate da cidadania do idoso e sua autoestima e, conseqüentemente, a melhora de sua qualidade de vida e um convívio maior destes com a comunidade.

A participação dos residentes da instituição em missas ocorre pelo menos duas vezes ao mês. O mesmo acontece com a exibição de filmes ou shows e as atividades recreativas, porém nem todos os residentes participam das atividades. Já a festa dos aniversariantes do mês ocorre na última sexta-feira de cada mês com a participação de todos os residentes.

Um dos eventos de grande importância na coordenação motora e na cognição dos idosos é a dança sênior, formada por coreografias folclóricas e culturais de diversas regiões e que também pode ser praticada por cadeirantes, objetivando a interação destes com os demais moradores, para que todos se sintam pertencentes ao grupo. Esta atividade trabalha as limitações físicas dos idosos, pois utilizam movimentos que estimulam os músculos e as articulações por intermédio de acessórios e materiais que podem ser usados para aumentar a convivência e o relacionamento social dos mesmos, promovendo interação e estimulando a autoestima e a qualidade de vida dos residentes.

A atenção e a acolhida com o idoso são consideradas fundamentais, pois marca uma revalorização da função sociabilizadora entre os sujeitos, na medida em que se

encarrega de produzir “cuidados, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento” (Carvalho, 2003, p. 15) capaz de promover maior qualidade de vida para este idoso.

A instituição também recebe diariamente um crescente número de visitantes, o que colabora para que se rompa a barreira do preconceito aos idosos e as ILPIs.

São realizadas frequentemente reuniões dos idosos com a equipe técnica, buscando fomentar a necessidade de interação do grupo com os profissionais. Há também reuniões com os familiares dos internos, com objetivo de orientá-los e conscientizá-los a respeito das normas da instituição e da importância da visita dos mesmos aos residentes, para que eles não se sintam abandonados pelos mesmos. A grande maioria dos idosos, porém, não possui familiares, ou se os tem, não são por eles visitados.

A Instituição conta com 92 idosos, sendo 42 mulheres e 50 homens, tomando como referência o mês de outubro de 2008.

A pesquisa apontou que 90% dos residentes da instituição são de outras cidades do Estado de São Paulo, de outros Estados e até de outros países, sendo apenas 3% nascidos em Santo André. Já os 6% restantes não possuem documentação que comprove sua origem.

Talvez essa expressiva concentração de migrantes de outras localidades para Santo André possa ser explicada pelo fato de que no município houve a instalação de grandes indústrias que necessitavam de mão-de-obra, vindo a atrair muitas pessoas que estavam à procura de trabalho.

Observou-se que 8,7% dos residentes da instituição apresentam idade inferior a 60 anos, portanto não-idosos. Há ainda os residentes com idade desconhecida, que chega a 6,5% do total, caso em que os técnicos da instituição não conseguiram localizar qualquer documentação que pudesse comprovar-lhes a idade.

Sendo assim, 84,8% da população da instituição, ou seja, 78 pessoas têm idade a partir de 60 anos comprovados, sendo este um dos quesitos para a pesquisa, uma vez que não pretendemos buscar a velhice institucionalizada segundo a imaginação de outros que não a têm, senão daqueles moradores institucionalizados maiores de 60 anos.

Do universo de 78 idosos, 24 deles têm entre 60 e 69 anos, 34 estão na faixa de 70 a 79 anos, e 20 possuem 80 anos ou mais.

Em relação à escolaridade, sua classificação não pode ser considerada exata, já que não se pode dizer com certeza que os residentes concluíram ou não suas respectivas escolarizações. O que podemos observar é a presença significativa de analfabetos funcionais, que somam quase 41.3% e de idosos que estudaram até o antigo primário, que corresponde a 53.3%. Quanto aos residentes que completaram o ensino fundamental médio, observa-se que apenas uma pequena parcela, cerca de 5,4%, alcançou esse nível de escolaridade.

No levantamento a respeito do estado civil dos residentes, observamos que a grande maioria, ou seja, 52,2% são solteiros, já os viúvos são 25% e os separados somam 20%.

Do universo de residentes com idade superior a 60 anos, pudemos constatar que dois moradores formam casais de namorados e que outros dois mantêm uma união marital oficializada. Tal fato nos motivou a escutar o que estes casais têm a dizer e nos fez refletir sobre a questão do morar dos idosos em ILPIs, nos direcionando para a discussão central desta pesquisa: o morar dos casais em ILPIs.

2ª PARTE

1 – Os Protagonistas

Casal 1

Dona Erica e senhor Paulo vivem juntos há 61 anos. Ambos são cardecistas e deram entrada na Instituição em julho de 2007, pois a casa em que os dois residiam há 38 anos e que foi doada para a filha em vida, foi vendida pelo genro após a morte de sua filha, para pagar dívidas advindas do consumo de drogas pelos netos. Seus netos e genro nunca os visitaram na instituição. Apenas fizeram, como forma de ajuda, um plano funerário para o casal.

Dona Erica, 88 anos, descendência italiana, nascida em março de 1921 e natural de Itapira. Estudou até o 1º ano primário. Casou-se aos 26 anos. Já trabalhou em fábrica de tecidos, atualmente é aposentada e recebe um salário mínimo. Porém sua aposentadoria fica retida para a Instituição. Não gostava de fazer serviços domésticos, um dos motivos pelo qual diz gostar da instituição, pois não precisa arrumar o local. Dona Erica não sente falta de conversar com outras pessoas e não vê problemas em dormir em quarto separado do seu esposo, pois gosta muito de ler pela noite, porém, nas refeições, faz questão de reservar um lugar ao seu lado.

Senhor Paulo, 85 anos, também descendente de italianos. Nasceu em julho de 1924, natural de São João da Boa Vista. Estudou até o 1º ano primário e está há 38 anos aposentado. É lúcido, independente, porém não tem autorização para sair desacompanhado da instituição, pois é deficiente auditivo e tem glaucoma na vista. No início o senhor Paulo não aceitou ir para a instituição, pois teria que dormir separado de sua esposa, mas mudou de ideia em consideração a dona Erica, porém ainda sofre muito com a separação.

Casal 2

Dona Rosa e senhor João são namorados há cerca de 13 anos, sendo ele o primeiro namorado dela. O senhor João é carinhoso com ela, porém dona Rosa não tem vontade de casar com ele.

O namoro dos dois se resume aos afetos que trocam após as refeições, à sombra de uma árvore e a um singelo beijo, pois a Instituição não permite mais intimidades.

Dona Rosa, 72 anos, nascida em março de 1921.

Está na Instituição desde 1989. Já morou em outro abrigo por cerca de um ano. Antes de residir na instituição, morava com as irmãs, mas também gostava de passar uns dias na casa dos irmãos. Foi residir na instituição porque estava muito doente e como todos os seus irmãos trabalhavam, não tinha ninguém para tomar conta dela. Só o irmão mais velho vai vê-la uma vez por mês, pois mora muito longe, em Itapevi.

João, 72 anos, aposentado, mas sua aposentadoria fica para a Instituição. Estudou até a quarta série. Está desde março de 1995 na Instituição. Antes morava com a família, porém a esposa foi tomar conta dos pais dela, pois estavam doentes e como ele bebia muito, acabou sendo levado para a Instituição por intermédio de uma amiga.

Tomamos como exemplo um fato recente que teve repercussão internacional e que ocorreu em um asilo, em La Paz, na Bolívia, onde um casal de idosos foi proibido de manter seu relacionamento. Irma Rodríguez, de 73 anos, e Jorge Carrillo, de 63 anos, se conheceram na cantina da instituição, onde viviam em alas separadas e só se viam na hora de comer. Uma vez por mês, eles saíam para buscar o pagamento da aposentadoria e aproveitavam para almoçar ou tomar um sorvete juntos. Começaram a namorar e, depois de dois anos juntos, uma funcionária do asilo os surpreendeu se beijando. Diante disso a administração impôs que eles não se falassem mais.

Após uma série de incidentes envolvendo agressões verbais entre o casal e os funcionários, Jorge e Irma decidiram sair do asilo, sendo obrigados a assinar uma declaração de que não voltariam a procurar a instituição. Uma vez fora da Instituição e

com as poucas economias, o casal passou de alojamento a alojamento e por diversas cidades, tentando encontrar um endereço fixo. Venderam todos os seus pertences, voltaram à capital boliviana e procuraram uma rádio local para contar sua história.

Em declaração à grande imprensa³, Irma relatou o seguinte: “Como Romeu e Julieta, não pensamos nas consequências (...). O coitadinho não tinha dinheiro nem para comprar os comprimidos que toma para sua úlcera, mas mesmo assim o amo (...). Me sinto como uma adolescente desde que o conheci.”

A idosa conseguiu um lugar em um asilo feminino, e Jorge voltou a viver com a família, sendo que ele foi recriminado por seus familiares por ter se envolvido no romance.

“Não quero ter que deixá-lo, porque eu morreria. Nem ele quer me deixar. Eu o amo. Não sei mais o que fazer. Ele é o único ser humano que me ama”, contou ela.

A diretora do Serviço de Gestão Social da cidade de La Paz pediu uma investigação sobre o ocorrido no primeiro asilo em que o casal viveu. Segundo ela, a nova residência em que a idosa está morando está tentando encontrar uma maneira para que ela e senhor Jorge finalmente morem juntos.

O que as histórias desses casais estão nos alertando?

O que os casais entrevistados têm em comum com o episódio ocorrido com o casal de idosos em La Paz?

Observamos que os três casais se relacionam ou já se relacionaram nas instituições onde residem. São arranjos a dois diferenciados, pois o casal 1 mantém um vínculo matrimonial, porém os três casais são vítimas do preconceito e das normas preestabelecidas das entidades, uma vez que as instituições não permitem seus relacionamentos.

Apesar de os casais entrevistados terem histórias de vida diferenciadas entre si e diferenças também com o fato acontecido no Asilo em La Paz, os três casos nos impulsionam a refletir sobre os territórios do envelhecimento e da velhice propriamente

³ Declaração feita à BBC. Capturado em 15/08/2009: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1245181-5602.00.html>

dita. Também nos conduzem aos questionamentos sobre os diversos modos de morar, mais especificamente o morar nas ILPIs e os momentos a dois; e, sobretudo, nas políticas públicas existentes para esses sujeitos.

2 – O processo de Envelhecimento Humano e a velhice

“Ninguém pode estar na flor da idade, mas cada um pode estar na flor da própria idade.”

(Mário Quintana)

Com o avanço das pesquisas sobre o processo de envelhecimento, houve uma evolução na linha de longevidade humana, colaborando para a demarcação da pirâmide etária e sua divisão em supostas fases do desenvolvimento humano. A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o limite de 60 anos para uma pessoa ser considerada idosa nos países em desenvolvimento e 65 anos para os países desenvolvidos.

O aumento do número de pessoas idosas em países pouco desenvolvidos se deve, em grande parte, ao alto índice de nascimentos durante as primeiras décadas do século passado, associado ao progressivo decréscimo nas taxas de mortalidade e fecundidade. (Barreto, 1992, p. 11)

Não se pode considerar, porém, nesta demarcação, a exata idade cronológica expressa em quantidade de anos e de tempo vivido por uma pessoa, pois “a idade cronológica não reflete senão um aspecto do que é o processo extremamente complexo do envelhecimento” (Capodieci, 2000, p. 26), visto que o fenômeno da velhice não é apenas uma categoria de análise biológica, que se restringe à quantidade numérica de anos vividos por uma pessoa, mas um processo gradativo na vida do ser humano, que inclui também aspectos psicossociais. Como relata Lígia Py (2006, p. 99):

Na dimensão biológica, o avanço da idade, como dado isolado, não é sinônimo de adoecimento (...). A tecnologia biomédica, quando se volta exclusivamente para o tratamento das afecções de um corpo biológico, desconsidera a subjetividade da vida humana e, assim, violenta o ser humano na sua trajetória do envelhecer.

Já dizia Papini apud Capodieci (2000, p. 22) “quando eu era jovem, um homem de cinquenta anos me parecia velho e um de setenta anos até mesmo decrépito; agora que tenho mais de setenta anos percebo que um homem nesta idade pode ainda amar, empreender, criar, em suma, viver”.

Os países do chamado Primeiro Mundo experimentaram gradualmente o envelhecimento de suas populações. Nesses países o processo de envelhecer é lento e contínuo, estando diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico ocorrido principalmente no pós-guerra.

Diante do crescimento vertiginoso da população adulta e idosa no mundo é possível afirmar que nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, houve uma modificação na pirâmide populacional.

Para Veras (2003), foi a partir 1960 que a população idosa passou a liderar este crescimento tornando-se responsável por essa significativa mudança demográfica e social.

A cada ano que passa, mais de 650 mil idosos são incorporados à população brasileira. Já perdemos muito tempo acreditando que somos um país jovem, sem dar o devido crédito às informações demográficas que mostram e projetam o envelhecimento de nossa população. (Veras, 2003, p. 14)

Estes dados tornaram-se marcantes no Brasil na segunda metade do século XX, sendo um fenômeno predominantemente urbano, devido ao intenso fluxo migratório com o crescimento da migração para as grandes cidades, atuando como elemento determinante na concentração maior do número de idosos em certas regiões, causando a urbanização destes locais e um envelhecimento populacional diferenciado no país.

Esta urbanização proporcionou maior acesso da população a serviços de saúde e saneamento, colaborando para a queda verificada na mortalidade e também ao acesso a programas de planejamento familiar e a métodos anticoncepcionais, levando a uma significativa redução da taxa de fertilidade no país, desenvolvendo uma rápida transição nos seus perfis de saúde, os quais se caracterizam pelo declínio expressivo da morbidade por doenças infecto-contagiosas e pelo real predomínio das enfermidades crônicas não transmissíveis, comuns nas faixas etárias mais avançadas e que tem

proporcionado mudanças significativas em sua pirâmide etária, caracterizada por um aumento expressivo e acentuado da população idosa.

Este fenômeno contínuo e expressivo acarretou também profundas desigualdades socioeconômicas, representando um grande desafio para a sociedade na adoção e efetivação de Políticas Públicas de Proteção ao Idoso, que visem, por direito, respeitar os idosos, suas necessidades e aspirações.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra em domicílios (PNAD) de 2007 mostrou a continuação da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo aos de reposição da população, que ficou em 1,83 filhos por mulher. Essa queda que se iniciou na segunda metade dos anos 1960, está implicando uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na estrutura etária, que poderá diminuir a partir de 2030, como ocorre em países da Europa Ocidental, Rússia e Japão.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA⁴:

O envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto se dá pela queda da fecundidade e da mortalidade nas idades avançadas.

Em todo mundo, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais tem crescido muito rapidamente. Além do envelhecimento da população como um todo, está aumentando a proporção da população de 80 anos e mais, sendo este o segmento que mais cresce, alterando a composição etária dentro do próprio grupo.

De acordo com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2050 a população mundial de centenários aumentará em 15 vezes, vindo a chegar a 2,2 milhões de indivíduos.

A PNAD aponta que a participação desta faixa etária no total da população brasileira passou de 1,0% para 1,4%, ou seja, são cerca de 2,6 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Isso aumenta a demanda por cuidados de longa duração, seja no âmbito familiar ou em Instituições de Longa Permanência para Idosos e que requer assistência a

⁴ http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=3003

estes idosos por um período de tempo mais longo, visto que envelhecer, em muitos casos, acarreta alterações no sujeito que envelhece.

Embora a longevidade – processo inevitável e irreversível – constitua uma notável conquista da ciência, a etapa da velhice, em muitos casos, é percebida de maneira incômoda pela sociedade, sendo vista por muitas pessoas como um mal-estar social, omitindo-se perante esta questão, utilizando-se da banalização do termo, como um alicerce para o desamparo e a rejeição.

Segundo Simone de Beauvoir apud Loureiro (1998, p. 19):

A velhice só pode ser compreendida em sua totalidade; não representa somente um fato biológico, é também um fato cultural. É um fenômeno biológico com reflexos profundos na psique do homem, perceptível pelas atitudes típicas da idade, não mais jovem, nem adulta, da idade avançada.

A aceitação ou negação da velhice decorre de visões do “outro”, que varia de acordo com a conjuntura a qual se vive na sociedade, com a consciência subjetiva e o grau de conflito deste “outro” para com o idoso. Como retrata Sartre:

A velhice é uma situação composta de aspectos percebidos pelo outro e, como tal, reificados, que transcendem nossa consciência. Nunca poderei assumi-la existencialmente, tal como ela é para o outro, fora de mim. (Sartre apud Bosi, 1994, p. 37)

Em 2000 os dados do IBGE mostraram que a Esperança de Vida⁵ ao nascer era de 70,44 anos. Já suas projeções para 2030 são de 78,33 anos.

Segundo os registros da PNAD de 2007, o Brasil apresentava 10,5% da sua população total com idade igual ou superior a 60 anos. Porém foi constatado que o crescimento mais acentuado no total da população idosa foi no segmento populacional de 75 anos ou mais de idade, em decorrência dos avanços da medicina moderna. De acordo com a PNAD, este grupo etário em 1996 representava 23,5%, já, em 2006, representou 26,1% da população de 60 anos ou mais.

⁵ De acordo com Salvatore Capodiceci, chama-se esperança de vida o número médio de anos que ainda restam a viver aos que pertencem a uma determinada faixa de idade, distintos pelo sexo.

Carvalho apud Barreto (1992, p. 12) aponta que “por volta de 2040 a população brasileira será quase que inteiramente formada por gerações nascidas após o início do processo de declínio da fecundidade”.

A velhice como etapa da vida é um processo biológico inevitável. A novidade é que a ciência médica, os avanços da biologia e da química contribuíram para a propagação da vida e, portanto, para uma possibilidade mais generalizada de chegar à velhice. (Santiso apud Barreto, 1992, p. 12)

Nesse início de milênio muitos são os desafios que a população e os governos enfrentam para a construção de uma sociedade mais cidadã. O fenômeno global e crescente do envelhecimento humano tem acentuado a emergência de Políticas Públicas em relação à questão dos idosos. Simone de Beauvoir, já em 1970, atestava sobre este fato quando afirmava que “de todos os fenômenos contemporâneos, o mais contestável, o de marcha mais segura, o mais fácil de ser previsto com grande antecedência e talvez o mais pejado de consequências seja o envelhecimento da população” (Beauvoir, 1970, p. 247).

Os conselhos e relatos de vivência de quem é velho são desprezados e renegados a um segundo plano, pois já não têm muita importância para esta sociedade. “A alteridade, contradição e afrontamento e mesmo o conflito são negados, como inimigo, ao velho” (Bosi, 1994, p. 39) não tendo mais lugar na sociedade para o que Loureiro chama de “entulho humano” (1998, p. 19).

Porém, se a velhice é atualmente uma das categorias marginalizadas da sociedade, morar em uma instituição asilar pode, para muitos, significar a potencialização dessa restrição.

O tempo tende a se preencher penosamente pelas ações rotineiras de dormir, comer, repousar, entremeadas, quando muito, por atividades passivas tais como ouvir o rádio, assistir à televisão, ou outras, como oficinas de pintura, jogos de dominó, que dificilmente possuem um significado para o idoso que vá além do objetivo de ocupar o tempo.

É exatamente dentro do contexto dessas complexas alterações vividas na contemporaneidade que a questão do morar nos faz refletir sobre o viver a dois, dentre tantos outros, em ILPIs.

O fenômeno da longevidade está cada vez mais significativo, o que requer atenção por parte das Políticas Públicas com os idosos, em especial as que dizem respeito à moradia institucionalizada e ao moral marital dos idosos. Uma das alternativas conhecidas são as ILPIs, uma vez que são nelas que correm os vínculos relacionais e até mesmo os mais novos arranjos maritais.

Este é um exemplo da Instituição aqui pesquisada, onde observamos que já ocorrem casos de idosos que se enquadram em um novo arranjo social de convivência a dois institucionalizada.

Porém, sabemos que muitas ILPIs não estão preparadas para proporcionar aos seus residentes locais de convívio marital (quartos de casal), com serviços específicos, que respeitem a privacidade e os diversos modos de viver a dois. Pimentel (2001) relata que há uma desvalorização das necessidades do idoso, por se acreditar que estas se limitam às prioridades fisiológicas, como alimentação, vestuário, moradia, saúde e higiene, permanecendo esquecidas as questões de nível social, afetivo e sexual (Pimentel apud Lima, 2005).

3 – A moradia e os modos de morar

Rico campo de possibilidades de estudo, o tema moradia tem sido abordado sob variados aspectos e distintos recortes, sendo objeto de diferentes interpretações; entretanto, qualquer que seja a perspectiva adotada para sua análise, é consensual o entendimento de que a moradia é um espaço privilegiado para o ser humano.

Gerreiro (2002) descreve que o espaço da moradia oferece a oportunidade do exercício de uma ação própria e peculiar a cada pessoa, que a individualiza e, ao mesmo tempo, a coletiviza, já que este espaço é compartilhado, cotidianamente, por pessoas.

A moradia permite ao sujeito atender suas necessidades fundamentais, como de ter um teto, um lugar para seu retorno, promove o relacionamento com as demais pessoas e demarca onde podemos ser encontrados pelos outros. São os lugares onde nos estabelecemos e interagimos com o outro, com o tempo e com as épocas históricas. A moradia é a parte privilegiada do ambiente que em suas funções protetivas e acolhedoras oferecem pontos onde fixamos os limites e os horizontes para nossas andanças.

Nesse sentido Gerreiro (2002) considera que é na moradia que o sujeito se individualiza e se generaliza, ao criar uma separação entre sua vida e a dos outros e considera que esta moradia faz parte de um todo, que é composto pelos móveis, pelas pessoas ao seu redor, pelos vizinhos, pelo bairro, etc.

Tão importante para a vida do ser humano, o espaço da moradia tem-se transformado ao longo do tempo, contribuindo para a produção de diferentes modos de morar, de ser e existir no mundo, ao mesmo tempo em que se produz por meio das vicissitudes da própria existência.

Essa questão se radicaliza quando se amplia o pensamento e se insere a moradia no ambiente institucionalizado para idosos, uma vez que, em algum momento e por variados motivos, muitos idosos, por vontade própria ou porque são obrigados a abandonar suas moradias, recorrem aos serviços oferecidos por distintas instituições. Esses espaços coletivos são, na realidade, a confluência dos muitos pensamentos e jeitos de ser que ali se manifestam, dos modos e estilos de vida que ali vão se processando.

Em muitos casos, a vida nas moradias coletivas impõe aos seus residentes o permanente desafio de um viver cotidiano cada vez mais engessado, devido à rigidez das normas. O cotidiano é visto neste trabalho como a soma de todas as vivências, suas relações com o outro, sua intimidade.

De acordo com dados da PNAD 2007, são quatro as políticas mais importantes para a população idosa: renda para compensar a perda da capacidade laborativa (previdência e assistência social); saúde, para prevenir e tratar as doenças da idade; criação de um entorno favorável (infraestrutura, acessibilidade etc.) e cuidados de longa duração e abrigamento (habitação e moradia para idosos).

Os serviços de abrigo e de cuidados de longa duração são modalidades de moradia coletiva e se traduzem na implantação de Casas Lares, Repúblicas, ILPIs, etc., que são substitutas dos antigos modelos asilares.

Se tratando de entidade filantrópica ou pública, tanto a Casa Lar como a República e a ILPI não pretendem substituir a família. Seu propósito é dar moradia ao idoso que enfrenta dificuldades financeiras para sobreviver ou que não possa tê-la provida por seus familiares, auxiliando a família quando não houver possibilidades de o idoso permanecer no grupo familiar. Há também a oferta destes serviços particulares, o qual não é critério a condição financeira.

Simões (2002), em sua dissertação *Casa Lar – uma conquista dos idosos de rua*, assinala que nos tempos primórdios, a natureza se incumbia de oferecer uma caverna como moradia ao sujeito. Com a evolução da espécie, o homem passou a ter direito de escolher seu local, buscando, por meio das técnicas criadas, alterar seus objetivos de proteção, segurança, convivência, etc., podendo permanecer nos lugares o tempo que desejasse.

Seu trabalho na Casa Lar apresenta um movimento de construção, por parte dos idosos moradores de rua, de uma identidade positiva, em que seus membros estabelecem regras para o convívio coletivo. As decisões e as regras são tomadas nas reuniões e sempre em grupo. Simões analisou que, ao estarem na Casa Lar, os sujeitos reformularam sua condição negativa de moradores de rua, construindo uma identidade positiva.

A Casa Lar foi a opção que os moradores de rua tiveram de moradia, pois, quando moravam na rua, não tinham opção de escolher onde morar, porém, a partir do momento que escolheram o espaço da Casa Lar como sendo seu espaço, passaram a ter uma identidade, um lugar de referência.

O modelo de república para idosos é uma moradia coletiva, sendo “modalidade de residência não asilar e corresponde às recomendações da Política Nacional do idoso, no art. 10, que trata do estímulo à criação de alternativas de atendimento ao idoso”. Constitui-se numa fase de evolução das instituições de abrigo dos idosos (Gerreiro, 2002, p. 50).

As repúblicas adotam regulamentos internos que preveem direitos e deveres aos seus residentes. São normas de funcionamento e organização das áreas coletivas, que garantem também certo equilíbrio na divisão das tarefas diárias.

De acordo com os estudos feitos por Gerreiro (2002, p. 52), nas Repúblicas de Santos – SP, em geral é pago um valor referente ao aluguel social por mês. Há também a divisão das despesas do consumo de água, luz e material de limpeza, ficando a cargo de cada um as despesas pessoais como alimentação, vestuário, transporte, etc.

De acordo com Pupo (2004, p. 163):

a república e a casa lar seriam serviços de abrigo temporário ou permanentes destinados aos pequenos grupos, com o objetivo da preservação da atmosfera familiar, em substituição às grandes instituições asilares, que contribuem, muitas vezes, para a segregação dos idosos, ambas se orientam pelo princípio de auto-gestão.

Já as ILPIs, que constituem as tradicionais casas asilares, são estabelecimentos para atendimento integral institucional e representam uma das modalidades de cuidados de longa duração, que, no caso de instituições públicas e filantrópicas e de acordo com Camarano (2008, p. 10), são dirigidos a pessoas de 60 anos e mais, com algum grau de comprometimento na execução das atividades diárias, os que não possuem renda ou que sua família não possua meios financeiros, físicos e emocionais para a prestação dos cuidados necessários.

Os moradores da ILPI pesquisada são idosos dependentes ou independentes e não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Modelos de instituição como a pesquisada devem proporcionar serviços na área social, médica, de psicologia, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia, e em outras áreas, conforme necessidades desse segmento etário.⁶

Observamos algumas diferenças em se morar em Casa Lares, em Repúblicas, ou em ILPIs. A nosso ver, nas Casas Lares e nas repúblicas o sistema é participativo, com a divisão de tarefas e custos, onde os idosos vivem mais intensamente a liberdade, a autodeterminação e a autonomia, uma vez que não havendo a institucionalização, eles

⁶ Capturado no Site: <http://www.cuidardeidosos.com.br>, em 21/10/2008.

podem definir suas ações e usufruir dos espaços exteriores à moradia coletiva. Há também o fato de que são eles mesmos que formam as regras, podendo adaptá-las, conforme o consenso do grupo, aos seus estilos de vida.

O Estatuto do Idoso, em seu Art. 49, assinala que “As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares; atendimento personalizado e em pequenos grupos; manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; observância dos direitos e garantias dos idosos; preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.”

De acordo com o artigo citado, as diretrizes que as instituições devem seguir não abrangem apenas o morar como um espaço físico de proteção, é muito mais que um lugar de abrigo. Moradia é lugar de memória, onde são guardados os baús de histórias, os álbuns de retratos, lugar de integração dos pensamentos, das lembranças e dos sonhos, sem ela, o homem seria um ser disperso. É um lugar pessoal de (re)constituição da vida, revelando-a em suas múltiplas dimensões, permitindo experimentar um senso de continuidade, com passado, presente e futuro, interligados por meio da dimensão espacial.

Por isso, o local de moradia pode se tornar tanto uma prisão, como também diversão, e até mesmo um ninho de amor, uma vez que nestes locais são recintos onde vivemos as tristezas e as alegrias da vida e dos amores.

Se a moradia é um espaço de apropriação e permanência e também o lugar das rotinas da intimidade, do viver o dia a dia. Como o morar em uma ILPI pode vir a ser uma negação do viver a dois?

Não sem razão utiliza-se com frequência o verbo viver no sentido de habitar. Não há como viver sem que se ocupe um espaço. O prolongamento da vida, na medida em que se avança no tempo, vai requerer um espaço adequado para a moradia dos casais idosos.

Pontuamos em nosso estudo que as modalidades de abrigo devem proporcionar uma estrutura de acolhida e de vivência social, porém o que observamos na instituição

pesquisada é que esta não foi capaz de assegurar padrões satisfatórios de qualidade de vida a dois, uma vez que não satisfazem as necessidades dos casais.

4 – A História das Instituições para Idosos no Brasil e a crescente demanda pelas ILPIs

Para investigarmos o morar nas Instituições de Longa Permanência para Idosos, faz-se necessário um breve relato a respeito do surgimento dos asilos em nosso país.

A tentativa de traçar um histórico das instituições destinadas aos idosos no Brasil não é tarefa muito fácil. Sabe-se que a origem dos asilos no Brasil remete aos tempos da Coroa Portuguesa e teve início com a construção da Casa dos Inválidos, em 1790, no Rio de Janeiro, para acolher soldados portugueses que prestaram serviço à pátria, participando da campanha de 1762 da Guerra dos Sete Anos e já se encontravam em avançados anos, para que tivessem uma velhice tranquila.

Esta instituição foi inspirada na obra de Luis XIV (*Hôtel des Invalides*), cujo objetivo era abrigar os heróis das campanhas francesas (Filizzola apud Lima, 2005).

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, a Casa dos Inválidos foi transformada em residência para o médico do Rei, e seus internos foram transferidos para a Santa Casa de Misericórdia, criada com objetivo de dar assistência médica aos enfermos carentes.

Em 1841, houve a criação do decreto de fundação do Asilo dos Inválidos da Pátria, porém somente em 1866 foi iniciada a reforma de um antigo convento franciscano, finalizada em 1868, sendo feita a transferência dos internos da Santa Casa de Misericórdia para esta casa. Nessa época, como relata Groisman, já não eram mais os velhos soldados que residiam no local, mas inválidos e deficientes físicos que serviram na Guerra do Paraguai (Groisman apud Lima, 2005).

A criação dos asilos foi uma necessidade da época, na tentativa de solucionar a problemática das doenças, da pobreza e mendicância, visto que até o século XVIII todos os excluídos da sociedade (velhos, mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas)

eram confundidos com os doentes, sendo todos tratados como marginais e assistidos igualmente.

Somente com as inovações da área médica e com o higienismo (práticas de controle social), já no fim do Século XIX, essas categorias (pobres, mendigos, doentes, loucos, crianças) foram trabalhadas de modo isolado, na tentativa de organizar os espaços institucionais. Com isso os idosos foram transferidos para estabelecimentos denominados Asilos e a velhice passou então a ser percebida.

Dessa forma surgiram espaços separados: os hospitais, os leprosários, os manicômios, os sanatórios, orfanatos e os asilos. Coube aos asilos da época abrigar os pobres, mendigos, vagabundos e velhos, ou seja, somente aqueles que não se enquadravam nas outras instituições.

Com isso os doentes permaneceram nos hospitais, os doentes mentais foram encaminhados ao Hospício Nacional e os velhos ganharam um lugar específico: o Asilo São Francisco de Assis, antigo Asilo de Mendicidade.

Foi somente no século XX, que o termo asilo passou a ser reconhecido como uma instituição direcionada para velhos. Porém, até hoje, os antigos modelos de asilos, entendidos como depósitos, acolhem as pessoas que não encontram vagas em outros espaços voltados para sua especificidade.

É fato reconhecido que o acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil tem sido acompanhado por uma série de mudanças socioeconômicas, comportamentais, culturais e transformações acentuadas nos arranjos familiares. O que proporcionou um aumento do número de pessoas idosas na composição familiar, ocasionando grande impacto na vida das famílias, vindo a incidir em uma heterogeneização dos tipos de arranjos domiciliares, que podem ser formados por um grupo de pessoas que reside em um domicílio particular ou uma pessoa vivendo sozinha. Este último modelo é um tipo de arranjo unipessoal, que se coloca em detrimento de modelos formados por casal vivendo com filhos.

Concomitantemente, vem sendo verificada uma diminuição do tamanho médio dos domicílios, com tendência também à diminuição do número de membros, em

grande medida, como consequência da queda acelerada nos níveis de fecundidade e mortalidade.

No Brasil, os arranjos familiares onde os idosos estão inseridos nos permitem verificar que, na sua maioria, a convivência com familiares prevalece. É o exemplo constatado em nossos estudos com o casal 2, que morava com a família antes de ir residir na Instituição pesquisada, porém separadamente, visto que ainda não se conheciam.

De acordo com dados da PNAD 2007, o tipo mais comum de arranjo familiar era aquele no qual o idoso morava com seus filhos, o que correspondia a 44.5% do conjunto do País.

Em nossa pesquisa apontamos que o casal 1 morava sozinho, porém sua filha, antes de falecer devido a complicações do câncer, disse para o senhor Paulo que, quando eles não quisessem mais morar no sobrado, era para eles morarem com ela, em sua casa.

Porém, as transformações decorrentes do aumento da longevidade estão modificando as formas de convivência e de cuidado da família para com os idosos. Com isso, espera-se que aumente o número de idosos que venham a precisar de cuidados e de moradia. Ao mesmo tempo, observa-se que a redução da oferta de cuidadores dentro do âmbito família. Tal constatação levanta a seguinte questão: Quem abrigará e cuidará dos idosos?

Este é o exemplo do casal 2, pois seus familiares não tinham condições de permanecer acolhendo-os.

A legislação brasileira, ao citar a família como primeira na ordem de obrigações, estabelece que a mesma seja a principal responsável pelos cuidados do idoso, ao colocar, na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VII – Art. 230, que: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Reforçando a Constituição Federal, temos o Estatuto do Idoso, Artigo 3º, que segue a mesma vertente, ao relatar que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (2003, p. 2)

Ainda temos no parágrafo V do mesmo Artigo que “a priorização do atendimento do idoso caberá a própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto aos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência”.

Observa-se que o Estatuto determina que o idoso só deva ser institucionalizado se o mesmo ou sua família não tiver condições de garantir a sua subsistência. Em outras palavras, as ILPIs destinam-se, na ótica do Estatuto do Idoso, a abrigamento.

Porém, Araújo retrata que:

A velhice, no ambiente urbano, tem-se caracterizado como uma sobrecarga para a família, tendo como premissa a não-manutenção dos idosos no meio familiar, devido a algumas questões, como limitação dos espaços físicos das residências e a oferta de atendimento contínuo às necessidades dos idosos. (Araujo apud Côrte, Mercadante, Arcuri, 2006, p. 227)

Diante do crescimento acentuado da população idosa, uma das alternativas de cuidados que se faz presente atualmente são as ILPIs. Medeiros coloca que “a longevidade vai exigir que se abra o debate sobre as relações familiares e que os próprios velhos aceitem viver novas experiências e novas formas de morar” (Py et al. 2006, p. 167). Talvez isso se deva também ao fato de que uma moradia a dois requer meios econômicos, os quais nem todos que querem viver fora dos arranjos familiares possuem.

Atualmente, o meio social desfavorável à presença dos idosos e à precária situação econômica vivida por estes, fazem que se acentue o contingente de pessoas acima de 60 anos que recorrem às instituições para residir e ter uma nova experiência de moradia.

Este fenômeno de crescimento da população idosa também é observado no município de Santo André – SP, onde as instituições de caráter asilar constituem-se, muitas vezes, como única opção para esses indivíduos e suas famílias.

Em nossa pesquisa observamos que o casal 1 vive na Instituição Assistencial Nosso Lar por não ter onde morar. Tal constatação ocorreu durante a entrevista com Dona Erica, que tem 87 anos e o senhor Paulo com 84 anos. Para ambos adotamos nomes fictícios. Estão casados há 61 anos e moram desde julho de 2007 na instituição; ambos são descendentes de Italianos.

Ela se casou aos 26 anos e no início da vida a dois chegou a morar em casa térrea por quatro anos, mas depois se mudou para um sobrado. Dona Erica já trabalhou em fábrica de tecidos, atualmente é aposentada e recebe um salário mínimo. Já o senhor Paulo disse-nos que serviu por dois anos no exército e trabalhou 28 anos na empresa Pirelli como controlador de material.

Tanto a aposentadoria de dona Erica quanto a do senhor Paulo ficam para a Instituição.

Dona Erica não demonstra nenhuma emoção ao falar da sua antiga moradia, um sobrado que, segundo dados da ficha do casal, foi vendido por seu genro para pagar dívidas advindas do consumo de drogas pelos seus netos, porém ambos não souberam o motivo real da venda. Eles apenas sabem que o marido da sua filha estava com uma dívida advinda da compra de um posto de gasolina e, quando a esposa morreu, seu genro vendeu a casa onde os dois moravam para pagar a dívida, visto que o senhor Paulo havia passado o sobrado onde moravam para o nome da filha quando a mesma estava viva.

Ao perguntar se o casal recebe visitas da família e dos netos, o senhor Paulo respondeu: “nesses três anos, morando na Instituição, eles nunca vieram nos ver (...). Espero que de uma hora pra outra os moleques apareçam aqui”. (sic)

Dona Erica nos contou: “Até gostava de morar no sobrado, mas não senti falta quando saí de lá, pois tinha dificuldades de subir as escadas, além do mais não me agradava fazer serviços domésticos”.

Disse ainda “que gosta muito de morar na instituição e foi ela quem escolheu o Nosso Lar como moradia.

Já seu marido, o senhor Paulo, ao contrário do que a dona Erica disse, relatou-nos com lágrimas nos olhos que no início até gostou, mas agora não gosta de estar lá, pois sente falta de sua casa e da liberdade que antes possuía. “Não é fácil morar aqui, preferia onde morava antes (...) sinto falta de sair de casa, de conversar com meus colegas e vizinhos (...) de colocar um banco na calçada, sentar e ver as pessoas passarem”. (sic)

Ele se prende a sua antiga moradia a qual confere significado de “seu lugar”, e assume, com profunda emoção, que se arrependeu de ter deixado que vendessem o seu sobrado e de ter ido para a Instituição e queria voltar a morar na casa que viveu por 38 anos e que passou grande parte de sua vida.

Era uma casa bem localizada, como ele mesmo relatou:

meu sobrado era próximo à Santa Casa de Santo André e ao centro da cidade. Uma casa bem espaçosa, onde morei por 38 anos. Tinha dois dormitórios, sala, cozinha, escada e mais um quarto para guardar coisas. Nós dois sentávamos na frente de casa em uma cadeira muito boa e conversávamos com toda a vizinhança, porém a E não ligava para conversar com os vizinhos.

Essa casa significa para o senhor Paulo o produto do seu trabalho durante toda uma vida. Ela faz parte da memória da filha, ainda pequena, das relações sociais, da vizinhança, etc.

Almeida Prado e Licht (2002, p. 72), ao relatar sobre a casa no sentido de moradia, lembra que ela “contém o significado das conquistas e das memórias afetivas que foram sendo construídas ao longo de toda uma vida, as lembranças dos filhos que ali cresceram, (...). Apartá-los desse pequeno santuário de recordações é um fator altamente prejudicial”. Isso porque pode “desencadear situações traumáticas e favorecer a desorganização do funcionamento mental e psicológico”.

A relação que o senhor Paulo tem com a sua antiga moradia é bem mais do que uma questão material. Em sua memória afetiva, seu sobrado guarda as conquistas que

ele teve na vida, sendo um meio que ele utiliza para dialogar com o mundo exterior à instituição, não aceitando a ideia da mudança por medo de perder essa significação. É um elo que o torna, ainda que em pensamento, livre da institucionalização.

Ele também nos disse que sente muita falta da alimentação que tinha, pois “na nossa casa comemos o que queremos e na hora que escolhemos, eu comia um pouquinho a cada hora e aqui não é assim, temos horário para tudo”.

Ser compelido a abandonar antigos hábitos de vida e submeter-se às normas de uma instituição, assim como conviver com pessoas estranhas é, para muitos como o senhor Paulo, uma violência a dignidade humana, indo de contramão à cidadania.

Mesmo se considerarmos que uma casa também possui organização e rotinas, a questão da liberdade e privacidade são fundamentais, assim como o sentido de ter uma moradia própria.

O Estatuto do Idoso, no Capítulo IX, parágrafo 3º, coloca que: “As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene, indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei”.

Neste caso, pudemos constatar que o padrão de habitação que a Instituição oferece não é compatível com a condição matrimonial e necessidades do casal 1.

As observações feitas em relação às condições financeiras do casal 2 também seguiram a mesma vertente que o casal anterior. O senhor João também não tinha onde morar, uma vez que seus filhos trabalhavam o dia inteiro e residiam de aluguel em um quarto, cozinha e banheiro. Ele nos relatou que foi viciado em álcool por 15 anos, motivo pelo qual sua esposa o deixou e também seus filhos ficaram algum tempo afastados dele. Ao perguntarmos sobre a instituição, disse-nos “gosto de ficar aqui, pelo menos consegui me recuperar da bebida”.

A senhora Rose foi institucionalizada por seus irmãos, devido aos problemas de saúde, como epilepsia, e também por causa das condições financeiras. Já chegou a ser maltratada por seus familiares antes de ir para a instituição.

Vimos, conforme o exemplo de ambos os casais, que o prolongamento da vida da população idosa, em consonância com as condições financeiras mínimas e os problemas no relacionamento familiar, vai, aos poucos, construindo um lugar alternativo de moradia para os velhos em nossa sociedade: as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Muitos idosos são levados por seus familiares para as Instituições de Longa Permanência, por não ter outra opção de moradia, como é o caso dos sujeitos idosos anteriormente mencionados.

A possibilidade de poder vir morar em uma instituição, se necessário, é algo já pensado por muitos idosos. Porém, se for por não haver outra opção, é algo temido, pois a antiga moradia na qual o idoso passou grande parte da sua vida é bem mais do que um espaço físico, são pensamentos e lembranças advindas de tempos passados e que o acompanham por toda a existência. Mas se for por vontade própria, é algo a ser aprendido.

Poucos são os idosos institucionalizados que, como Martines, têm uma visão poética do homem em relação ao espaço em que vive:

Em sua experiência cotidiana, o homem conhece a materialidade e a resistência do solo que pisa. Conhece e sente a fluidez do ar que respira num determinado ambiente. Percebe os muros da casa que habita. Como ser inteligente escolhe espaços, frequenta espaços para se divertir, para morar. Pela sua sensibilidade e interesses, viaja pelos espaços, busca os espaços, conquista os espaços (2008, p. 25).

O Capítulo IX do Estatuto do Idoso, em seu artigo Art. 37, relata que “o idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada”. Diz ainda em seu parágrafo 1º que “A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família”.

Em relação aos números deste morar institucionalizado, observamos que há uma carência de dados catalogados referentes às Instituições de Longa Permanência

para Idosos e também aos seus residentes, que possam vir a compor um banco de dados completo. Sabe-se que, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, existem cerca de 2,4 mil Instituições de Longa Permanência para Idosos autorizadas pela referida agência no Brasil.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) iniciou, em 2006, a pesquisa *Condições de vida e infraestrutura nas instituições de longa permanência para idosos (ILPIs)*, coordenada por Ana Amélia Camarano, que culminou no livro *Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos*, cujo objetivo foi gerar informações que possibilitem ao Estado e a sociedade civil adequarem suas ações com o objetivo de contribuir para uma melhor qualidade de serviços oferecidos por essas instituições. Este estudo, ainda não finalizado, pretende elaborar um retrato do funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e das condições de vida dos idosos nelas residentes.

Apesar dos esforços desta pesquisa, ainda não existem dados completos sobre o universo das ILPIs no país. O que se tem é um mapeamento feito por regiões.

Das cinco regiões do Brasil, três já estão finalizadas:

1 – Região Norte, que abrange os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará e Tocantins, conta, com 49 Instituições de Longa Permanência para Idosos cadastradas, nelas estão residindo 1.159 idosos, o que configura 5,5% do total da população da região Norte;

2 – Região centro-oeste, a qual faz parte os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal, teve 249 Instituições identificadas, sendo que nelas residem 5.529 idosos, uma percentagem de 6.5% do total da população idosa;

3 – Região sul, formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contou com 693 instituições, nelas moram 15.422 idosos, este valor é referente a 9% do total população da Região Sul.

Seja qual for a opção do idoso, morar com a família, só, ou em uma ILPI, o que deve prevalecer é a dignidade como este idoso deve ser tratado.

De acordo com Born apud Araujo, 2006), o Brasil não está preparado para os problemas decorrentes do envelhecimento. Isto ocorre também nas Instituições de Longa Permanência com a questão da moradia dos casais idosos, devido à escassez de normas específicas para os casais que habitam nessas instituições asilares.

É de extrema importância que se configure, em geral, um pensar crítico sobre a problemática do idoso institucionalizado e em particular da moradia dos casais idosos nas ILPIs.

Ainda nos reportando a Born & Boechat (2002), há uma rejeição da sociedade brasileira às Instituições de Assistência ao idoso. Para que ocorra uma modificação desse pensamento é preciso que as instituições se reestruturem para proporcionar uma moradia digna, sendo ao mesmo tempo um lugar de cuidados para com estes idosos.

O crescimento do número de idosos pode ser considerado um avanço para a humanidade, porém também pode ser visto como um problema em termos de condições de moradia institucionalizada, fato que reflete no morar a dois dos idosos que formam casais.

Paralelamente às dificuldades de moradia dos casais nas ILPIs, há também a problemática da aceitação por parte das Instituições das práticas amorosas e manifestações sexuais das pessoas que se encontram na terceira idade.

A OMS conceitua a sexualidade como: “a forma de expressão ou o conjunto de formas de comportamento do ser humano, vinculado aos processos somáticos, psicológicos e sociais do sexo”.

Com o aumento da expectativa de vida, associado a um importante incremento na população idosa, temas antes pouco discutidos e até ignorados, desfrutam hoje de destaque e necessidade de discussão e reflexão. A sexualidade na velhice é um deles e vem convidando a sociedade a repensar aquela antiga crença de que a atividade sexual desaparece com o fim do período de reprodução e com a idade. E esta ligação, que gerações e gerações entendiam como algo inquestionável, impedia a descoberta de uma das atividades mais fortemente associadas à qualidade de vida, como é a sexualidade.

A sexualidade é uma parte muito genérica da vida de um indivíduo e vai muito além do sexo. Em tese seria o uso do corpo para se conhecer, buscando descobrir as

necessidades prazerosas e afetivas para se chegar a uma vida feliz e plena. É basicamente a busca do prazer em suas diversas formas, jeitos e maneiras para obter ou expressar prazer, e essa busca de prazer irá variar de pessoa para pessoa, levando em conta o momento de cada indivíduo.

Antigamente a sexualidade era compreendida apenas para a propagação da espécie, sendo condenadas às experiências que evocavam o prazer.

De acordo com Caridade (2005, p. 266), foi somente a partir do século XIX que Freud resgatou o prazer, considerando-o essencial a saúde emocional do ser humano.

Compreender a sexualidade em suas múltiplas dimensões significa inserir seus aspectos históricos, culturais, biológicos e sociais, aos afetos e sentimentos, visto que a sexualidade é a integração de todos eles.

Sabe-se que muitas pessoas idosas continuam a apresentar um grande interesse pela sexualidade, incluindo a necessidade de estar perto, de tocar e de ser tocada. As interações com outras pessoas, o ato de se vestir, a fala e as manifestações de afeto e carinho são partes importantes da sexualidade humana.

Muitas vezes se confunde o conceito de sexualidade com o do sexo propriamente dito. É importante salientar que um não precisa vir acompanhado do outro.

A sexualidade inclui todas as formas como as pessoas expressam sua busca pelo prazer. Podemos expressar a sexualidade através da dança, do ato teatral, da música, da arte, a necessidade de admiração e gosto pelo próprio corpo.

Não podemos esquecer que a corporalidade e a sexualidade são fatores decisivos na construção da identidade pessoal e do equilíbrio emocional. O corpo sente, pensa e expressa, seja através do olhar, da forma de ouvir, do falar, enfim em todos os gestos exprimimos os nossos sentimentos.

A curiosidade sobre a sexualidade e os sentimentos que ela desperta sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, porém quase sempre calada nos idosos.

Hoje, com o aumento da população idosa no mundo, o progresso social e científico, a longevidade e a maior expectativa de vida, o saber envelhecer bem se tornou fator primordial para viver plenamente de forma a se ter uma vida sexualmente saudável, adaptada e feliz.

As pessoas idosas, caso permaneçam relativamente saudáveis e tenham um(a) companheiro(a), continuarão a ter uma sexualidade ativa mesmo após os 60 anos ou mais, não importando se estejam residindo em seu lar ou em uma LPI.

Soubemos pelos funcionários da Instituição pesquisada que no local há um antigo acesso para entrada na casa. É uma rampa que foi desativada após a construção da nova entrada. Essa rampa fica em local distante da construção do prédio e do espaço de convivência dos idosos, com pouca iluminação. Este local é frequentado por alguns residentes que não têm um relacionamento que os considerem como casais, apenas buscam ter um pouco de privacidade, se beneficiando do local para tentarem concretizar um ato sexual, uma vez que a instituição não permite a prática do sexo nas suas dependências. Porém os casais entrevistados relataram que não frequentam a rampa.

Para se falar de sexualidade na velhice, há de se considerar diversos fatores como características físicas, psicológicas, história de vida, crenças, valores morais e religiosos, existência de companheiro(a), além, é claro, do contexto sociocultural em que o idoso está inserido. Tanto nossas carências materiais como as existenciais impedem o potencial que temos para viver bem a sexualidade.

Esses e outros fatores vêm influenciando não só a atividade sexual na velhice, como também a atitude da sociedade diante deste tema, revelada pela tendência a se acreditar que tal atividade seja exclusividade dos mais jovens, dos que gozam de boa saúde e dos que são fisicamente atraentes. Neste contexto, muitos idosos experimentam sentimentos de culpa e vergonha por estarem ainda com interesse sexual, como se seu legítimo desejo de ter e dar prazer fosse uma aberração ou perversão.

Este desconforto e conflito emocional acabam sendo reforçados pela discriminação e censura a que os idosos se veem submetidos, em nossa sociedade, em que essas manifestações são taxadas de inadequadas e imorais. Frequentemente, encontramos pessoas com dificuldades de lidar com questões sexuais. Salvatore Capodiecì (2000), em seu livro *A Idade dos Sentimentos*, nos adverte:

Não é raro o caso de o paciente manifestar seu problema sexual por meio de sintomas somáticos tais como dores na bexiga ou nos órgãos genitais, prurido, distúrbios neurovegetativos matizados etc. Tais sintomatologias muitas vezes são modalidades indiretas para manifestar uma patologia ou um mal-estar que a pessoa tem dificuldade para expressar, particularmente quando o clínico geral, ou mesmo os especialistas, como o ginecologista, o andrologista ou o psiquiatra, não possuem uma boa capacidade e escuta.

Encarar a sexualidade no idoso como algo saudável e natural está longe de ser compreendida e aceita pela nossa sociedade e até mesmo pelos idosos. Embora o sexo seja um assunto tão falado e reportado em todas as mídias, na maioria das vezes ele é tratado de forma superficial, pois tanto a velhice como a sexualidade é impregnada de tabus e preconceitos, visto que falar de sexualidade do idoso provoca, tanto um constrangimento por parte dos idosos, quanto ocasiona falas preconceituosas por parte dos mais jovens.

Até mesmo quando entrevistamos os casais, pudemos constatar esse constrangimento ao se questionar sobre a vivência da sexualidade e a afetividade.

Ao perguntarmos ao casal 1 sobre o que fazem à noite na Instituição, e se ambos sentem falta da(o) companheira(o) antes de dormir, o senhor Paulo nos falou:

quando morava em minha casa ia dormir por volta das 23h ou 23h30, porém, aqui na Instituição, o horário que os idosos se recolhem é 20h30 e quando eu perco o sono sinto falta da minha cama e da companhia da minha esposa.

Ela, porém, disse-nos:

após o jantar fico até às 20h conversando com meu esposo e depois vou deitar-me. Não sinto falta de dormir com ele, (...) gosto como está, de dormir sozinha, pois tenho mais tempo de ler e não sinto falta de conversar com ele no meio da madrugada, pois tomo remédios e durmo a noite inteira.

Observamos que, tanto o senhor Paulo, quanto a senhora Erica sentiram-se constrangidos ao ter de relatar a intimidade do casal. Houve uma distorção e/ou

limitação nas respostas, visto que ambos utilizaram estratégias de fuga para camuflar os questionamentos da pesquisa.

Outro entrave considerável na sexualidade dos idosos é a falta de amor, pois, sem afeto, não se consegue ter uma sexualidade interessante e prazerosa. A sexualidade deve ser constituída de todos os sentimentos, visto que todos nós somos seres capazes de sentir e expressar sentimentos de alegria, amor, desejo, etc.

O afeto, a ternura do outro, na velhice, tem um papel fundamental, uma vez que uma das maiores satisfações vividas pelo ser humano é a de sentir-se desejado para o outro.

Caridade (2005, p. 272) comenta que: “a maior barreira da sexualidade é a mordaza que se coloca na voz do coração”. A sexualidade do idoso não é uma parte que morre antes do corpo, não é um livro em branco. Ela muda ao longo da vida, mas não acaba. Por isso, as expressões da sexualidade são válidas e devem ser facilitadas tanto pelas instituições, como por entre aqueles que a querem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos que não cuidam de suas crianças não têm direito a futuro (...). Os povos que não cuidam de seus idosos não têm direito à história.
(autor desconhecido).

O morar na velhice, devido à sua complexidade, pode ser estudado sob vários aspectos: o racional, o social, o econômico, o psicológico, etc. Há uma infinidade de formas, que, em conjunto, propõem o desenvolvimento de um saber, que leve em consideração uma moradia com qualidade de vida digna e que abarque o sujeito como um todo.

Consta na Síntese de Indicadores Sociais da PNAD de 2007 que:

A moradia pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e o vestuário, e compreende a ideia de residência somada com a vontade de se estabelecer num determinado local. Em função disso, a questão da moradia deve ser entendida como um conjunto de elementos que se ligam ao saneamento básico, à infra-estrutura urbana e aos serviços educacionais, de saúde e de transporte. O acesso à moradia não deve ser confundido simplesmente com o acesso à propriedade, na medida em que se entende moradia como um direito de subsistência, que deixa de ser fruto somente da capacidade econômica dos indivíduos.

Atualmente, no Brasil, temos algumas leis básicas que contêm as principais diretrizes a respeito da habitação do Idoso e da moradia institucionalizada. São Portarias, Leis, Decretos, Estatuto e Resoluções que ditam as diretrizes para o atendimento das instituições asilares e que legitimam seu funcionamento.

a) A Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989, do Ministério da Saúde, fixa normas e padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, definindo-as como:

Estabelecimentos com denominações diversas, correspondentes aos locais físicos equipados para: atender pessoas com 60 ou mais anos,

sob regime de internato ou não, mediante pagamento ou não, durante um período indeterminado e que dispõem de um quadro de funcionários para atender às necessidades de cuidado com saúde, alimentação, higiene, repouso e lazer dos usuários e desenvolver outras atividades na vida institucional. (Ministério da Saúde, 1989)

Mediante a Portaria nº. 810, é legitimada a política de funcionamento dos asilos no que diz respeito a caráter, organização, área física, instalações e recursos humanos, que pressupõem o envolvimento de diversas áreas profissionais como: Médica, Serviços Gerais, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, entre outras. Nela estão estabelecidas normas e padrões para as casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos.

Born (1996) comenta que a denominação asilo possui uma carga negativa, pois tornou-se sinônimo de abandono, pobreza e rejeição e , por isso, usam-se termos mais suaves como abrigos, casas de repouso, clínica Geriátrica, dentre outros (Born apud Lima, 2005). Born e Boechat (2002) descrevem que “falar do idoso institucionalizado é fazer referência a imagens negativas (relacionadas à pobreza e ao abandono)”.

De acordo com a Portaria 810, as instituições devem manter um registro atualizado das pessoas atendidas, constando de nome completo, data de nascimento, sexo, nome e endereço de um familiar ou do responsável. Devem também ser anexadas ao registro informações relevantes e fatos ocorridos no período de atendimento

b) A Lei 8842, de 04 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e prioriza o atendimento ao mesmo, através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência.

c) O Decreto nº. 1.948, de 03 de julho de 1996, em seu artigo 3º, define formas distintas de atendimento aos idosos: a modalidade asilar, que oferece “atendimentos, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social” e que rege a vida do mesmo por meio de normas específicas e o ampara civil e socialmente. E também temos a modalidade não asilar: que se compõe de

Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno, Hospital-Dia, Casa-Lar e Oficina Abrigada de Trabalho e destina-se a atender o idoso por determinado período do dia.

No Decreto 1948, de 03 de julho de 1996, observamos que há a regularização da Política Nacional do Idoso e da assistência aos idosos na modalidade asilar e esta ocorrerá em decorrência do idoso não ter vínculo familiar ou possuir condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social, sendo estas prestadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

d) Por fim, há o Estatuto do Idoso N° 10.741, de 1° de Outubro de 2003, que faz referência direta à questão habitacional relacionada à população idosa. Em seu Art. 37 consta que “O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.” E segue em seu Parágrafo os seguintes direcionamentos:

- ⇒ A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.
- ⇒ Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.
- ⇒ As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

e) A resolução n° 283, publicada pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 2007, estabelece novas regras para as Instituições de Longa Permanência e aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI.

A resolução mencionada anteriormente tem base na Lei 8.842/94 e no Estatuto do Idoso e estabelece um padrão de funcionamento para as instituições, que possuem

caráter residencial e que podem ser governamentais ou não governamentais, destinadas ao domicílio coletivo. São normas que dizem respeito à qualidade dos serviços prestados por essas instituições e que visam à garantia dos direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar.

Esta Resolução representa mais um instrumento para a atuação das vigilâncias sanitárias, vindo a garantir condições de atendimento que não coloquem a vida do idoso em risco e que deem cidadania aos mesmos.

As novas normas contemplam a garantia dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais); a organização legal do lugar (exigência de alvará sanitário) e os pré-requisitos relativos à infraestrutura física da casa (como a necessidade de aprovação do projeto arquitetônico junto às vigilâncias sanitárias) e aos processos de trabalho.

A existência de recursos humanos capacitados para o atendimento aos idosos é outra exigência do regulamento, que prevê a elaboração de um plano de trabalho, com a descrição das atividades previstas em lei.

Segundo Kane (1987) apud Born e Boechat (2002), as ILPIs possuem dupla missão: proporcionar cuidados e ser um lugar para viver. Os serviços dessas instituições deveriam se organizar considerando a satisfação das necessidades de caráter material, emocional e espiritual, vindo a abranger a vida como um todo, satisfazendo as necessidades diárias e a assistência integral à saúde do idoso.

Pensando nos idosos que buscam uma alternativa de moradia nas ILPIs, faz-se necessário a operacionalização de políticas públicas de habitação e serviços adequados para essa população que está em ritmo acentuado de crescimento.

Muitas vezes, a carência do suporte familiar e social é a razão limitante que leva o idoso a buscar as alternativas de institucionalização. Sem condições financeiras e sem o apoio da família, resta-lhe a resignação de viver em uma instituição asilar.

Os espaços públicos ou filantrópicos de moradia coletiva para casais idosos é salutar para que estes não permaneçam isolados em suas casas ou, como muitos, marginalizados por suas famílias. Porém a presente pesquisa apontou, diante dos relatos

dos idosos entrevistados, algumas reflexões sobre a realidade vivenciada, que nos levou à descoberta de fatores que podem vir a interferir na qualidade de vida dos casais.

Nas entrevistas pudemos perceber em suas respostas, no olhar e nos gestos, que os sujeitos queriam ser ouvidos. Para uns significava um desabafo de insatisfação por estar na Instituição; porém, para outros, tal local era endeusado, com declarações de que lá era, de fato, seu lar.

Ressalvamos, no entanto, o quanto consideramos ser uma tarefa difícil a tentativa de relatar os fatos, dada a quase impossibilidade de transmitir o clima e o tom das narrativas dos sujeitos pesquisados, tão repletas de riqueza dos sons, em seus gestos, silêncios, sorrisos, expressões, pausas, exclamações, entonações de voz, têm cores mais intensas do que alcanço expor.

Constatamos vários motivos que desencadeiam a institucionalização da pessoa idosa, mesmo esta tendo família. O fato de todos os membros da família necessitarem sair para trabalhar, acaba ocasionando a dificuldade em ter alguém que possa se responsabilizar pela pessoa idosa durante esse período. Neste ponto também aparece a dificuldade financeira da família, que a impede de buscar ajuda de cuidadores.

A fragilização das relações afetivas, evidenciando conflitos anteriores à institucionalização e a falta de autonomia do idoso, tanto no que se refere à sua condição física, como no que diz respeito ao seu poder de decisão são apontados igualmente como motivos da sua institucionalização.

Em relação a decisão quanto à institucionalização dos idosos, na maioria dos casos, foi tomada pela família e após estarem morando na instituição as visitas dos familiares diminuíram e os passeios junto à família tornaram-se raros.

Acreditamos que as instituições asilares deveriam apresentar características diferenciadas para os casais idosos, pois um dos fatores que podem causar interferência na vida a dois institucionalizada é a falta de quartos para casais, vindo a ocorrer a separação deles ao entrarem na casa.

Neste caso é preciso que haja uma adequação do espaço físico da moradia, oferecendo um ambiente adequado para a vivência a dois, com quartos para casais, mas também um preparo psicológico, diante do preconceito vivido pelos casais.

Os idosos, caso queiram, têm o direito de viver sua sexualidade, e como não podia deixar de ser, os casais idosos que residem nas ILPIs também devem ter o privilégio de desfrutar de uma vida sexual ativa e satisfatória; é um direito inalienável. Porém, o que acontece com as muitas instituições que acolhem os casais idosos? Será que ali podem viver sua sexualidade?

Constatamos que os regulamentos institucionais, por ditarem as regras da casa, impedem a liberdade, os momentos de intimidade e a sexualidade dos casais, fato natural e saudável na vida a dois.

Ao longo da pesquisa apuramos que a Instituição, diante de suas possibilidades, acredita estar fazendo um bom trabalho, fato que a impede de rever suas normas institucionais em relação à moradia institucionalizada.

Devemos ter em mente que a velhice é mais uma etapa do ciclo humano que cumprimos por viver mais tempo. Mas envelhecer sem podermos exprimir a sexualidade é amputarem-nos o desejo, os afetos e a sua expressão.

É preciso que se abram outras possibilidades normativas para estes sujeitos, uma vez que separá-los pode trazer sérios transtornos, não somente emocionais para os mesmos, mas também físicos que poderá acarretar em ônus para a Instituição.

Notamos que a ditadura dos horários os quais são impostos pela instituição para levantar-se, para fazer as refeições e para deitar-se, não foram postos em discussão, tampouco escolhidos pelos residentes, vindo a desrespeitar a opinião e liberdade dos mesmos.

Tais fatores interferem diretamente na vivência a dois no local pesquisado, uma vez que a instituição separou estes casais sem ao menos tomar conhecimento de suas vontades.

Faz-se necessário, antes de tudo, que a Instituição conheça estes sujeitos. Tomar conhecimento quanto aos questionamentos deste morar a dois é essencial para que se possa desenvolver um trabalho nas ILPIs voltado para a demanda dos casais idosos.

Uma vez ouvidos estes residentes, suas informações orientarão a Instituição na busca por operacionalizar novos modos de morar, de acordo com os novos arranjos que, por ventura, aparecerão.

Cabe a nós pesquisadores alertarmos a sociedade sobre a necessidade de revermos os antigos paradigmas, tidos como instituições totais ainda vigentes nas ILPIs.

A proposta é de que desmistifique este modelo antigo, fazendo uma reflexão em relação aos novos modos de moradia e de arranjos sociais na velhice, com argumentos inovadores e criativos, respeitando suas identidades e singularidades, explorando novas possibilidades para a vivência dos momentos a dois.

Esta pesquisa, ao abordar a temática dos sujeitos idosos que vivenciam momentos a dois na instituição, ampliou nossos conhecimentos acerca dos modos de morar na velhice, podendo contribuir para a formulação de Políticas Públicas sobre moradia coletiva, trazendo benefícios aos novos arranjos sociais, de moradia e para a construção, resgate e/ou fortalecimento dos vínculos relacionais dos casais idosos.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a qualidade de vida dos casais idosos e dos novos arranjos sociais que poderão vir a ser formados nas ILPIs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro e LICHT, Flávia B. Idosos, cidade e moradia: acolhimento ou confinamento? *Revista Kairós*. São Paulo, v. 5, n. 2, 2002, pp. 67-80.
- AVELAR, Maria Cristina de Mello. **O Cotidiano dos Idosos na Instituição Assistencial “NOSSO LAR” do Município de Santo André**. 2007. Dissertação de Mestrado em Gerontologia defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BARRETO, Maria Letícia Fonseca. **Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social**. São Paulo: Ática, 1992.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BARROS, Myriam Moraes (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: EDFGV, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice: uma realidade incômoda**. Trad. Heloísa de Lima Santos. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BORN, Tomiko; BOECHAT, Norberto S. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, Elizabete et. al (org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 2002.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. São Paulo: Cia. das letras, 3. ed. 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Brasília, DF: SNAS, 2005.

_____, Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

_____, Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 283 de 26/10/2005. disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>

_____, Ministério da Saúde. Portaria nº 810 Aprova as normas e padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF): 22 set. 1989. Seção 1, p. 17297-8.

CAMON, Valdemar Augusto Angerami et. al (org.). **E a Psicologia entrou no Hospital.** São Paulo: Pioneira, 1996.

CAMARANO, A. A.; ANDRADE, A. O.; FERNANDES, D.F.; MELLO, J. L. E.; CHRISTOPHE, M.; EPIFANIO, S.; KANSO, S. (Orgs.). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos - Região Sul.** Brasília: IPEA, 2008. v. 3. 138 p.

CAMARANO, A. A.; ANDRADE, A. O.; FERNANDES, D.F.; DINIZ, H.; MELLO, J. L. E.; EPIFANIO, S.; KANSO, S. (Orgs.). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos - Região Nordeste.** Brasília: IPEA, 2008. v. 4. 348 p.

CAMARANO, A. A.; ANDRADE, A. O.; MELLO, J. L. E.; CHRISTOPHE, M.; EPIFANIO, S.; KANSO, S.; LEMOS, V. R (Orgs.). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos - Região Norte.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

- CAPODIECI, Salvatori. **A idade dos sentimentos: amor e sexualidade após os sessenta anos**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- CARIDADE, Amparo. Sexualidade e envelhecimento. *Revista Kairós*, São Paulo. Volume 8. nº 2, dez. 2005, p. 1-301
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). **A família contemporânea em debate**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CORTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth F. e ARCURI, Irene Gaeta (orgs.). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida**. 1. ed. São Paulo: Editora Vetor, 2006.
- DEBRET, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ESTATUTO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO SOCIAL “NOSSO LAR”. SANTO ANDRÉ, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.
- FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: Ligia Py; Jaime Lisandro Pacheco; Jeanete Liasch Martins de Sá; Sara Nigri Goldman (org.). **Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. 2. ed. Holambra: Editora Setembro, 2006.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GERREIRO. Maria Antonieta. O cotidiano dos idosos moradores nas repúblicas da cidade de Santos – São Paulo. *Revista Kairós*, São Paulo. v. 5, n. 2 , dez. 2002, p. 11-226.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GROISMAN, Daniel. Asilo de velhos: passado e presente. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*. Porto Alegre, vol. 2, 1999a, pp. 67-88.

_____. **A infância do asilo: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro na virada do século**. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

_____. (IBGE): **Síntese dos Indicadores Sociais 2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

LIMA, Maria Amélia Ximenes Correia. **O Fazer Institucionalizado: O Cotidiano do Asilamento**. 2005. Dissertação de Mestrado em Gerontologia defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. **A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo**. Brasília: UnB, 1998.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: ed. Papagaio. 1989.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social In: MARTINELLI Maria Lúcia (org). **Pesquisa qualitativa**. Um desafio instigante. São Paulo, Veras Editora. 1999, p. 19-27.

- MARTINES, Maria Guiomar de Simone. **O “morar” na velhice: expectativas entre envelhescentes.** 2008. Dissertação de Mestrado em Gerontologia defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTINS, Joel. **Todas as estações do ano.** Palestra realizada no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da PUC-SP, abril, 1991.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza & COIMBRA JR, Carlos E. A. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 11. ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>
- PITTA, Ana. **Hospital: dor e morte como ofício.** 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1999.
- PY, Lígia et al. (org.). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais.** 2. ed. São Paulo: Setembro, 2006.
- PUPPO, Lúcia Medina. **Moradia compartilhada: uma alternativa viável para o idoso?** Revista Kairós, São Paulo. Volume 7. nº 1, jan. 2004, p. 1-235.
- SIMÕES, Marilda. **Casa Lar: uma conquista dos idosos de rua.** Dissertação de Mestrado em Gerontologia defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- SWAIN, Cilene. **A condição humana do velho.** 2. ed. São Paulo: Cortez. 1985.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas. 1987.
- VERAS, Renato. Saúde pública e envelhecimento. In: *Caderno de Saúde Pública*, v. 19, n. 3. Rio de Janeiro, 2003.

APÊNDICE

Autorização de Consentimento Livre e Esclarecido

Solicito o seu consentimento para participar da nossa pesquisa cujo nome é: O morar dos casais idosos nas Instituições de Longa Permanência: O caso da Instituição Nosso Lar, me Santo André/SP, que está sendo realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como é o morar e como se dá o relacionamento dos casais idosos dentro da instituição pesquisada.

As informações de seus dados gerais e de sua saúde, necessárias à pesquisa, serão obtidas através de seu prontuário e do seu relato. Todas essas informações são absolutamente sigilosas e seu nome jamais será mencionado na divulgação dos resultados da pesquisa.

O relato das experiências vividas e os depoimentos pessoais serão utilizados na composição da proposta utilizada por mim na elaboração da dissertação, assim como os demais materiais que vierem a ser coletados, gerando novas possibilidades de apresentação do trabalho, enriquecendo e facilitando a divulgação dos resultados alcançados.

A sua participação é absolutamente voluntária e caso não queira participar, em nenhum momento o seu tratamento nessa instituição será prejudicado, podendo desistir de participar do estudo e solicitar a suspensão do seu consentimento, mesmo após ter sido realizada a entrevista.

Pesquisador

Santo André, ____ / ____ / 2009

Entrevistado: _____

Testemunha: _____

ANEXO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP
SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE

Protocolo de Pesquisa nº 007/2009

Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia
Orientador(a): Prof.(a). Dr.(a). Beltrina da Purificação da Corte Pereira
Autor(a): Alessandra Alves Gomes

PARECER sobre o Protocolo de Pesquisa, em nível de Dissertação de Mestrado, intitulado *Como é o morar dos casais idosos nas instituições de longa permanência? O caso da instituição assistencial Nosso Lar em Santo André/SP.*

CONSIDERAÇÕES APROVADAS EM COLEGIADO

Em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), em que os critérios da relevância social, da relação custo/benefício e da autonomia dos sujeitos da pesquisa pesquisados foram preenchidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite ao sujeito compreender o significado, o alcance e os limites de sua participação nesta pesquisa.

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo concluir que o trabalho tem uma linha metodológica bem definida, na base do qual será possível retirar conclusões consistentes e, portanto, válidas.

No entendimento do CEP da PUC-SP, o Projeto em questão não apresenta qualquer risco ou dano ao ser humano do ponto de vista ético.

CONCLUSÃO

Face ao parecer consubstanciado apensado ao Protocolo de Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, em Reunião Ordinária de **02/03/2009**, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **007/2009**.

Cabe ao(s) pesquisador(es) elaborar e apresentar ao CEP da PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, os relatórios parcial e final sobre a pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, inciso IX.2, alínea "c", do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), bem como cumprir integralmente os comandos do referido texto legal e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

São Paulo, 02 de março de 2009.

Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)